



Gafisa S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 01.545.826/0001-07

NIRE nº 35.300.147-952

Código CVM nº 01610-1

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 11 DE MAIO DE 2026
(EM 2ª CONVOCAÇÃO)**

GAFISA S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 01.545.826/0001-07
NIRE nº 35.300.147-952 – Código CVM nº 01610-1

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 11 DE MAIO DE 2026
(EM 2ª CONVOCAÇÃO)**

SUMÁRIO

1.	PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO	3
2.	INFORMAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA AGO	5
3.	INSTALAÇÃO DA AGO.....	6
4.	MAIORIA PARA APROVAÇÃO DAS MATÉRIAS	6
5.	ATA DA AGO.....	6
6.	CONSELHO FISCAL.....	7
7.	DOCUMENTOS PARA CONSULTA	7
8.	CONCLUSÃO	7

Os itens acima são parte integrante desta Proposta da Administração (“Proposta da Administração” ou “Proposta”) e atendem ao disposto na Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”) e nas Resoluções da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 80 e 81, de 29 de março de 2022, conforme alteradas (“Resolução CVM 80/22” e “Resolução CVM 81/22”).

GAFISA S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 01.545.826/0001-07
NIRE nº 35.300.147-952 – Código CVM nº 01610-1

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 11 DE MAIO DE 2026
(EM 2ª CONVOCAÇÃO)**

Senhores Acionistas,

A Administração da Gafisa S.A (“Companhia” ou “Gafisa”), sociedade anônima, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, n.º 1830, 13º andar, cj. 131, Bloco 1, Condomínio Edifício São Luiz, Vila Nova Conceição, CEP 04543-900, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.147.952, inscrita no CNPJ sob o nº 01.545.826/0001-07, registrada na CVM como companhia aberta categoria “A”, listada no Novo Mercado, sob o código nº 01610-1 (“Companhia” ou “Gafisa”), vem, pela presente, convocar os acionistas da Companhia (“Acionistas”) para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada, em segunda convocação, no dia 11 de maio de 2026, às 16 horas, **de forma exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM 81/22, por meio da plataforma “Ten Meetings” (“AGO” ou “Assembleia Geral”)**, observada a legislação societária vigente e as disposições do estatuto social da Companhia.

A Companhia ressalta que a apresentação das informações contidas nesta Proposta não substitui, para nenhum efeito, a leitura atenta e completa de todos os seus Anexos.

1. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

- (i) ***Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.***

A Administração da Companhia submete à apreciação dos Acionistas o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório e parecer emitidos por auditor independente, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

As Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 foram, em atendimento à legislação e regulamentação aplicáveis, disponibilizadas no website da Companhia (ri.gafisa.com.br) e nos sites da B3 (http://www.b3.com.br/pt_br/) e da CVM (<http://www.cvm.gov.br>).

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas pela Diretoria, auditadas pela BDO RCS Auditores Independentes - Sociedade Simples Limitada e aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia, com manifestação favorável do Comitê de Auditoria, em reunião realizada em 26 de março de 2026, e do Conselho Fiscal, em reunião realizada em 26 de março de 2026. As referidas manifestações se encontram disponíveis nos mesmos endereços eletrônicos que as Demonstrações Financeiras, acima referidos.

As demais informações e os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia constam desta Proposta nos termos do **Anexo I**, em conformidade com a Seção 2 do Formulário de Referência e com o Anexo C da Resolução CVM 81/22.

A Administração recomenda a aprovação da matéria proposta neste item.

(ii) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

A Companhia esclarece que, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, foi apurado um prejuízo de R\$ 544.542.045,71 (quinhentos e quarenta e quatro milhões, quinhentos e quarenta e dois mil e quarenta e cinco reais e setenta e um centavos), conforme evidenciado nas Demonstrações Financeiras da Companhia, destinado à conta de prejuízos acumulados, conforme previsto na Lei das S.A., portanto não haverá destinação de resultados para pagamento de dividendos.

Em razão da apuração de prejuízo no referido exercício social, a Companhia está dispensada de apresentar informações indicadas no Anexo A da Resolução CVM 81/22.

As demais informações e os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia constam desta Proposta nos termos do **Anexo I**, em conformidade com a Seção 2 do Formulário de Referência e com o Anexo C da Resolução CVM 81/22.

(iii) Fixar o limite da remuneração global dos administradores e membros do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2026.

Propõe-se aos Acionistas da Companhia reunidos em AGO, nos termos do artigo 152 da Lei das S.A., a aprovação do montante global anual de até R\$ 19.000.000,00 (dezenove milhões de reais) como limite da remuneração global da Administração e dos membros do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia para o exercício social com início em 01 de janeiro de 2026 e a findar-se em 31 de dezembro de 2026.

A Companhia esclarece que o limite da verba global foi fixado em linha com os valores estabelecidos em anos anteriores, conforme recomendação da Comissão de Remuneração, e tendo em vista a possibilidade de que o Conselho de Administração venha a ser composto por até 9 (nove) membros. Caberá ao Conselho de Administração a individualização da remuneração dos administradores.

A Administração informa que, do limite global aprovado na **AGO realizada em 2025**, referente à remuneração dos administradores da Companhia, no montante de até **R\$ 20.000.000,00** (vinte milhões de reais) para o exercício social de 2025, foi efetivamente pago o valor total de **R\$ 10.858.289,00** (dez milhões, oitocentos e cinquenta e oito mil, duzentos e oitenta e nove reais). A diferença apurada entre o valor aprovado e o valor pago é justificada pela revisão do plano de remuneração variável comparada ao ano anterior, em consonância com a estratégia de redução de custo operacional da Companhia.

Para maiores informações sobre esta matéria, vide documento constante do **Anexo II** desta Proposta, nos termos do item 8 do Formulário de Referência e do art. 13, inciso II, da Resolução CVM 81/22.

A Administração recomenda a aprovação da matéria proposta neste item.

2. INFORMAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA AGO

Poderão participar da Assembleia em segunda convocação os acionistas ou seus representantes, mediante acesso à Plataforma “Ten Meetings”.

A Companhia esclarece que, nos termos do art. 49, parágrafo único da Resolução CVM nº 81, as instruções de voto recebidas por meio de BVD no âmbito da Assembleia Geral Ordinária realizada em segunda convocação no dia 29 de abril de 2026, às 16h, serão considerados para fins desta AGO, em segunda convocação.

Para participar da AGO por meio da Plataforma “Ten Meetings”, os Senhores Acionistas deverão solicitar acesso à AGO por meio do preenchimento de um cadastro na plataforma digital, no endereço eletrônico: <https://assembleia.ten.com.br/448709809>, realizando o upload dos seguintes documentos:

- (i) Original ou cópia autenticada do documento de identidade (Carteira de Identidade Registro Geral (RG), da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular);
- (ii) Na hipótese de representação do acionista, original ou cópia autenticada do instrumento de outorga de poderes de representação, devidamente regularizado na forma da lei;
- (iii) O acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (i) contrato ou estatuto social; e (ii) ato societário de eleição do administrador que (a) participar da AGO como representante da pessoa jurídica, ou (b) assinar procuração para que terceiro represente a acionista pessoa jurídica; e
- (iv) No que diz respeito a fundos de investimento, a representação na AGO caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia simples do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente.

Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 126 da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto nos parágrafos primeiro e segundo do artigo 654 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (“Código Civil”), a procuração deverá conter a indicação do lugar onde foi passada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na AGO por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no parágrafo primeiro do artigo 126 da Lei das S.A.

As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da

Companhia, acionista ou advogado (Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 4 de novembro de 2014).

Os documentos dos acionistas expedidos no exterior devem conter reconhecimento das firmas dos signatários por Tabelião Público, ser apostilados ou, caso o país de emissão do documento não seja signatário da Convenção de Haia (Convenção da Apostila), devem ser legalizados em Consulado Brasileiro, traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta Comercial, e registrados no Registro de Títulos e Documentos.

A solicitação de acesso e entrega dos documentos necessários a participação na AGO será por meio da Plataforma “Ten Meetings”, devendo o acionista solicitar sua habilitação até o dia **09 de maio de 2026, às 16 horas**. Nos termos do artigo 6º, §3º, da Resolução da CVM nº 81, será admitido o acesso à Plataforma “Ten Meetings” para a AGO apenas ao acionista e/ou seus representantes ou procuradores que se credenciarem, com o envio da documentação devida, dentro do prazo. A Companhia esclarece que os cadastros já realizados no âmbito da Assembleia Geral Ordinária realizada em primeira convocação no dia 29 de abril de 2026, às 16h, serão considerados para fins desta AGO, em segunda convocação. Dessa forma, os acionistas que já se cadastraram para participação da AGO em primeira convocação e têm interesse em participar da AGO em segunda convocação não precisarão realizar um novo cadastro na plataforma.

As credenciais de acesso são pessoais e intransferíveis, não podendo ser compartilhadas.

Informamos que a AGO será gravada, nos termos do artigo 28, §1º, inciso II, da Resolução CVM nº 81 e que a Companhia não se responsabilizará por qualquer problema operacional ou de conexão que o participante venha a enfrentar, bem como por qualquer outro evento ou situação que não esteja sob o controle da Companhia que possa dificultar ou impossibilitar a sua participação na Assembleia.

3. INSTALAÇÃO DA AGO

A AGO, realizada em segunda convocação, será instalada com a presença de acionistas titulares de qualquer número de ações com direito a voto, nos termos do artigo 125 da Lei das S.A.

4. MAIORIA PARA APROVAÇÃO DAS MATÉRIAS

As deliberações da AGO serão tomadas por maioria absoluta de votos dos acionistas presentes, desconsideradas as abstenções, na forma do artigo 129 da Lei das S.A.

5. ATA DA AGO

Nos termos do caput do artigo 130 da Lei das S.A., os trabalhos da AGO serão documentados por escrito, em ata a ser lavrada no “Livro de Atas das Assembleias Gerais” da Companhia. Nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 47 da Resolução CVM nº 81, os acionistas que registrarem sua presença na Plataforma “Ten Meetings” ou participarem por meio de BVD serão considerados presentes e signatários da ata da AGO.

A ata será lavrada na forma de sumário, contendo apenas a transcrição das deliberações tomadas, e, sujeita à aprovação dos acionistas, divulgada com a omissão das assinaturas dos Acionistas, na forma dos parágrafos primeiro e segundo do artigo 130 da Lei das S.A.

As propostas ou documentos submetidos à assembleia, assim como as declarações de voto ou dissidência, referidos na ata, serão numerados, autenticados pela mesa e por qualquer acionista que o solicitar, e arquivados na sede da Companhia. Adicionalmente, a mesa, a pedido de acionista interessado, autenticará exemplar ou cópia de proposta, declaração de voto ou dissidência, ou protesto apresentado.

Nos termos do caput do artigo 130 da Lei das S.A., serão extraídas certidões da ata da AGO, devidamente autenticadas pelo presidente e secretário, que serão enviadas eletronicamente à CVM e à B3 e oportunamente apresentadas a registro Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP.

6. CONSELHO FISCAL

Na forma do inciso I-A do artigo 5º da Resolução CVM 81, a Companhia informa que o pedido de instalação do Conselho Fiscal da Companhia pode ser realizado pelos Acionistas que possuam, ao menos, 2% (dois por cento) do total das ações ordinárias da Companhia, em linha com o disposto no artigo 4º da Resolução da CVM nº 70, de 22 de março de 2022, conforme alterada.

7. DOCUMENTOS PARA CONSULTA

Todos os documentos relativos aos assuntos propostos estão disponíveis à consulta de V.Sas. nas páginas eletrônicas da Companhia (www.gafisa.com.br/ri), da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) na rede mundial de computadores (internet).

8. CONCLUSÃO

A administração da Companhia submete a presente Proposta da Administração à apreciação de V. Sas., acompanhada de elementos que permitam a adequada compreensão da ordem do dia.

São Paulo, 30 de abril de 2026.

GAFISA S.A.

ANEXO I

2.1. Comentários dos Diretores sobre:

As informações financeiras incluídas neste Formulário de Referência, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se (i) às demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, incluindo, suas respectivas notas explicativas, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens das demonstrações financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual de determinado item em relação à receita líquida para os períodos aplicáveis aos resultados das operações, ou em relação ao total do ativo e/ou total do passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para o balanço patrimonial.

As informações constantes neste Item 2 devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras da Companhia, disponíveis no website da Companhia (<http://www.gafisa.com.br/ri>) e no website da Comissão de Valores Mobiliários (<http://www.gov.br/cvm>).

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia atua no mercado de incorporação e construção, com presença nacional e foco em empreendimentos residenciais de alto padrão.

As receitas da Companhia provêm principalmente de incorporações e vendas de empreendimentos imobiliários. A Companhia reconhece as receitas resultantes de empreendimentos imobiliários durante o período de construção, com base em uma mensuração financeira de conclusão dos empreendimentos e não à época da celebração dos contratos de venda. Em menor escala, a Companhia também gera receitas a partir de serviços imobiliários tais como administração de construção e gerência técnica e imobiliária que presta a terceiros. A Companhia estrutura seus projetos através de suas subsidiárias ou sociedades controladas em conjunto, constituídas como sociedades de propósito específico.

Abaixo a Companhia apresenta alguns índices financeiros verificados em 31 de março de 2025, e em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respectivamente:

Indicadores de Liquidez (em R\$ mil, exceto índices)	Em 31 de dezembro de		
	2025	2024	2023
Ativo Circulante	2.508.821	3.196.748	3.505.008
Ativo Não Circulante	2.219.070	2.105.619	1.621.357
Passivo Circulante	2.010.992	2.124.607	2.030.395
Passivo Não Circulante	1.179.866	1.225.764	1.388.680
Imóveis a Comercializar - Circulante	1.171.759	1.461.901	1.737.196
Imóveis a Comercializar- Não circulante	260.404	368.756	662.898
Liquidez Corrente ⁽¹⁾	125%	1,50	1,73
Liquidez Geral ⁽²⁾	148,2%	1,58	1,50
Liquidez Seca ⁽³⁾	66,5%	0,82	0,87
Empréstimos e financiamentos	1.481.496	1.398.755	1.350.379
Debentures	122.415	484.863	483.166
Endividamento ⁽⁴⁾	1.603.911	1.883.618	1.833.545
Caixa e equivalente de caixa	17.650	8.951	12.323
Títulos e valores mobiliários	333.640	407.179	280.025
Endividamento líquido⁽⁵⁾	1.252.621	1.467.488	1.541.197
17ª emissão de Debêntures	-	342.102	311.591
Endividamento líquido ajustado⁽⁶⁾	1.252.621	1.125.386	1.229.606
Patrimônio Líquido	1.537.033	1.951.996	1.707.290
Índice de endividamento líquido ⁽⁷⁾	0,82	0,75	0,90
Índice de endividamento líquido ajustado ⁽⁸⁾	0,82	0,58	0,72
Endividamento ajustado 17ª Debenture ⁽⁹⁾	1.603.911	1.541.516	1.521.954

(1) Corresponde à divisão de Ativo Circulante por Passivo Circulante.

(2) Corresponde à divisão do total dos Ativos pelo total dos Passivos.

(3) Corresponde à divisão da diferença do Ativo Circulante menos Imóveis a Comercializar, por Passivo Circulante.

(4) Corresponde à soma de empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante)

(5) Corresponde à diferença entre o endividamento menos o saldo de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários.

(6) Corresponde à diferença entre o endividamento líquido menos o saldo da 17ª debenture.

(7) Corresponde à divisão do Endividamento Líquido pelo Patrimônio Líquido.

(8) Corresponde à divisão do Endividamento Líquido ajustado pelo Patrimônio Líquido.

(9) Corresponde à diferença entre o endividamento menos o saldo da 17ª debenture.

A Diretoria entende que, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar seu plano de negócios. Embora, na visão dos Diretores, as condições financeiras e patrimoniais da Companhia estivessem saudáveis em 31 de dezembro de 2025, o Conselho de Administração poderá aprovar novas captações (de dívida ou de equity), de acordo com as necessidades da Companhia.

O índice de liquidez corrente em 31 de dezembro de 2025 foi de 1,25. O índice de liquidez corrente verificado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram de 1,50 e 1,73, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2025, o índice de liquidez geral foi de 1,48, sendo que em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 o índice de liquidez geral foi de 1,58 e 1,50, respectivamente. Já o índice de liquidez seca foi de 0,66, 0,82 e 0,87, em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, respectivamente. A consistência dos índices de liquidez ao longo do período e dos exercícios em níveis elevados demonstra a solidez dos ativos da Companhia, principalmente na rubrica de imóveis a comercializar referente a imóveis em construção e

terrenos, em relação ao aumento de passivos de curto prazo.

O endividamento líquido ajustado da Companhia verificado em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$1.252.621 mil, sendo que em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 foi de R\$1.125.365 mil e R\$1.229.606 mil, respectivamente. O aumento do endividamento líquido ajustado em 31 de dezembro de 2025 deve-se principalmente à captação e alongamento das dívidas. A redução do endividamento de 2024 deve-se principalmente ao aumento das disponibilidades e títulos de valores imobiliários de 42,3% aliado ao aumento do patrimônio líquido em 14,3%.

O patrimônio líquido da Companhia verificado em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$1.537.033 mil, sendo que em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 foi de R\$1.951.996 mil e R\$1.707.290 mil, respectivamente. A redução do patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2025, deve-se principalmente ao prejuízo líquido do exercício em R\$544.542, cujo efeito foi parcialmente compensado pela conversão da 17ª emissão de debêntures resultando em um aumento líquido de R\$22.925 mil, novas emissões de ações com a captação de R\$88.668 mil, adiantamento de para futuro aumento de captal em R\$27.997.

A alavancagem, medida pela relação endividamento líquido ajustado sobre patrimônio líquido, refletiu 81,5%, 57,7% e 72,0% em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, respectivamente. O aumento do índice de endividamento líquido em 31 de dezembro de 2025 para 81,5,0% quando comparado ao verificado em 31 de dezembro de 2024 deve-se principalmente à captação de novos empréstimos, repactuação e alongamento de dívidas e à redução do saldo do patrimônio líquido. Já a redução do índice de endividamento líquido verificado em 31 de dezembro de 2024 quando comparado ao verificado em 31 de dezembro de 2023 deve-se ao aumento de disponibilidades no exercício para as atividades operacionais da Companhia. O saldo de endividamento ajustado, para a exclusão da 17ª debenture, em 31 dezembro de 2025, totalizou R\$1.603.911 mil em comparação com R\$1.541.516 mil em 31 de dezembro de 2024, representando um aumento de R\$62.395 mil, equivalente a 4%. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de endividamento ajustado excluindo o saldo da 17ª emissão de Debêntures da Companhia apresentou um aumento de R\$19.562 mil ou 1,3% comparado a R\$1.521.954 mil em 2023.

Em 31 de dezembro de 2025, a margem EBITDA ajustada da Companhia (ex juros capitalizados, contingências) foi de -32,2%. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a margem EBITDA ajustada recorrente da Companhia foi de 16,1% e 21,8%, respectivamente.

Com base nos indicadores apresentados acima, a administração entende que a companhia conta com recursos suficientes para pagar seus compromissos financeiros assumidos.

b) estrutura de capital

A Diretoria acredita que, em 31 de dezembro de 2025, a estrutura de capital da Companhia era adequada para atender às demandas e necessidades das suas operações, apresentando uma proporção equilibrada entre capital próprio e de terceiros. Embora, na visão dos Diretores, a estrutura de capital da Companhia estivesse adequada em 31 de dezembro de 2025, o Conselho de Administração poderá aprovar novas captações (de dívida ou de equity), de acordo com as necessidades da Companhia.

A tabela abaixo apresenta a capitalização total da Companhia, bem como a segregação de tal valor entre capital de terceiros e capital próprio (tanto em termos reais quanto em termos percentuais), para cada período indicado:

(em Reais mil)	Em 31 de dezembro de		
	2025	2024	2023
Total capital de terceiros (passivo circulante e passivo não circulante)	3.190.858	3.350.371	3.419.075
Total capital próprio (patrimônio líquido)	1.537.033	1.951.996	1.707.290
Capitalização total	4.727.891	5.302.367	5.126.365
Relação capital de terceiros sobre capitalização total	67,5%	63,2%	66,7%
Relação capital próprio sobre capitalização total	32,5%	36,8%	33,3%

Capital próprio

Em 31 de dezembro de 2025, o Patrimônio Líquido consolidado da Companhia totalizava R\$1.537.033 mil, representando uma redução de R\$414.963 mil em relação aos R\$1.951.996 mil registrados em 31 de dezembro de 2024. Essa variação decorre, principalmente, à conversão da 17ª emissão de debêntures resultando em um aumento líquido de R\$22.925 mil, novas emissões de ações com a captação de R\$88.668 mil, adiantamento de para futuro aumento de capital em R\$27.997 e o prejuízo líquido do exercício em R\$544.542.

Em comparação ao exercício anterior, o Patrimônio Líquido de 31 de dezembro de 2024 apresentou crescimento de R\$244.706 mil em relação aos R\$1.707.290 mil apurados em 31 de dezembro de 2023. Esse aumento refletiu, majoritariamente, o ingresso de capital no montante de R\$285.427 mil, parcialmente compensado pelo prejuízo líquido de R\$40.723 mil no exercício.

Como padrão, a Companhia financia os seus empreendimentos, desde a aquisição dos terrenos até a conclusão das obras, por meio de capital de terceiros. O capital próprio é utilizado principalmente para manutenção de fluxo de caixa.

Capital de terceiros

Em 31 de dezembro de 2025, a soma do passivo circulante e do passivo não circulante totalizava R\$3.190.858 mil, representando uma redução de R\$159.513 mil em relação aos R\$3.350.371 mil registrados em 31 de dezembro de 2024. Essa variação decorre, principalmente, da conversão da 17ª emissão de debêntures, que resultou em baixa de R\$354.851 mil no passivo, e incremento do endividamento no montante de R\$ 143.814 mil

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo combinado dos passivos circulante e não circulante era de R\$3.350.371 mil, o que representa uma redução de R\$68.704 mil em relação aos R\$3.419.075 mil apurados em 31 de dezembro de 2023. Essa redução foi impactada, principalmente, por: (i) baixa do saldo de passivo relacionado à operação descontinuada, no valor de R\$180.554 mil; (ii) aumento do endividamento, considerando a 17ª emissão de debêntures, em R\$50.073 mil; e (iii) incremento de R\$71.508 mil nas rubricas “obrigações por compra de imóveis” e “adiantamento de clientes”, decorrente da evolução dos compromissos assumidos com terceiros no período.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os diretores da Companhia, por meio da análise dos indicadores de desempenho e da geração operacional de caixa da Companhia, entendem que a Companhia tem a capacidade de honrar com as obrigações de curto prazo existentes.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía um endividamento líquido de R\$1.252.621 mil, sendo o montante de disponibilidades de R\$351.290 mil, e endividamento de R\$1.603.911 mil, apresentando a relação de endividamento líquido sobre patrimônio líquido de 81,5%.

Adicionalmente, a Companhia possuía o montante de recebíveis e estoques concluídos de R\$1.666.536 mil, sendo R\$1.203.990 mil referentes às contas a receber de incorporação e serviços prestados, e R\$350.785 mil referentes à receita de vendas a apropriar de unidades vendidas e R\$111.761 mil de imóveis concluídos e não vendidos, a valor de custo, frente a um montante de R\$172.434 mil de imóveis a pagar e R\$612.962 mil de custos orçados a apropriar de unidades vendidas e de unidades em estoque. Ao considerar a soma do total de recebíveis e estoques concluídos e não vendidos (R\$1.666.536 mil), este montante representa 0,82 vezes a soma do endividamento líquido, imóveis a pagar e custos a incorrer (R\$2.038.017 mil).

Ademais, do montante de R\$1.603.911 mil correspondentes ao endividamento, R\$1.221.197 mil eram relativos a dívidas de projetos, os quais têm o uso dos recursos para o financiamento à construção de empreendimentos imobiliários e contam, como garantia, com cessão fiduciária ou penhor dos recebíveis imobiliários de cada empreendimento, que, em sua maioria, vencem na entrega do empreendimento. Desta forma, ao finalizá-los, os recursos advindos da quitação do saldo devedor pelos clientes são em sua maioria utilizados na amortização do saldo dos contratos da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía endividamento líquido ajustado de R\$1.125.386 mil, apresentando a relação do endividamento líquido

ajustado sobre patrimônio líquido de 58%.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía o montante de R\$1.790.075 mil, sendo R\$1.070.983 mil referentes às contas a receber de incorporação e serviços prestados, e R\$453.956 mil referentes à receita de vendas a apropriar de unidades vendidas e R\$265.136 mil de imóveis concluídos e não vendidos, a valor de custo, frente a um montante de R\$194.190 mil de imóveis a pagar e R\$634.895 mil de custos orçados a apropriar de unidades vendidas e de unidades em estoque. Ao considerar a soma do total de recebíveis e estoques concluídos e não vendidos (R\$1.790.075 mil), este montante representa 0,92 vezes a soma do endividamento líquido, imóveis a pagar e custos a incorrer (R\$1.954.471 mil).

Ademais, do montante de R\$1.541.516 mil correspondentes ao endividamento ajustado para excluir o montante referente à 17ª emissão de debênture da Companhia, R\$1.155.618 mil eram relativos a dívidas de projetos, os quais têm o uso dos recursos para o financiamento à construção de empreendimentos imobiliários e contam, como garantia, com cessão fiduciária ou penhor dos recebíveis imobiliários de cada empreendimento, que, em sua maioria, vencem na entrega do empreendimento. Desta forma, ao finalizá-los, os recursos advindos da quitação do saldo devedor pelos clientes são em sua maioria utilizados na amortização do saldo dos contratos da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía endividamento líquido ajustado de R\$1.229.606 mil, sendo o montante de disponibilidades de R\$292.348 mil e endividamento ajustado para a exclusão da 17ª emissão debêntures de R\$1.521.954 mil, apresentando a relação de endividamento líquido sobre patrimônio líquido de 72,0%.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía o montante de R\$1.332.496 mil, sendo R\$798.592 mil referentes às contas a receber de incorporação e serviços prestados, e R\$533.904 mil referentes à receita de vendas a apropriar de unidades vendidas e R\$384.360 mil de imóveis concluídos e não vendidos (conf. nota explicativa nº 6), a valor de custo, frente a um montante de R\$92.424 mil de imóveis a pagar e R\$729.162 mil de custos orçados a apropriar de unidades vendidas e de unidades em estoque. Ao considerar a soma do total de recebíveis e estoques concluídos e não vendidos (R\$1.716.856 mil), este montante representa 0,73 vezes a soma do endividamento líquido, imóveis a pagar e custos a incorrer (R\$2.362.783 mil).

Ademais, do montante de R\$1.521.954 mil correspondentes endividamento ajustado para a exclusão da 17ª emissão de debêntures da Companhia, R\$1.446.737 mil correspondentes à dívida de projetos da Companhia, os quais têm o uso dos recursos para o financiamento à construção de empreendimentos imobiliários e contam, como garantia, com cessão fiduciária ou penhor dos recebíveis imobiliários de cada empreendimento, que, em sua maioria, vencem na entrega do empreendimento. Desta forma, ao finalizá-los, os recursos advindos da quitação do saldo devedor pelos clientes são em sua maioria utilizados na amortização do saldo dos contratos da Companhia. Do total do endividamento da Companhia, 95% eram referentes às dívidas atreladas a projetos.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, bem como nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, as necessidades para capital

de giro e investimentos da Companhia vêm sendo financiadas por meio da combinação de recursos próprios e recursos de terceiros, conforme descritos no item 2.1(f) abaixo. Dessa forma, conforme necessidades da Gafisa, a Companhia realiza captações no mercado de capitais local e/ou obtém empréstimos e financiamentos para fazer frente às suas necessidades de caixa.

Apesar de não significativa, a necessidade de investimentos em ativos não circulantes, exceto investimentos em empreendimentos, é financiada pela própria geração de caixa ou utilização de fontes de financiamento de longo prazo.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Atualmente a Companhia possui um nível de liquidez e perspectivas de geração de caixa que lhe permite gerir suas operações. Isto, no entanto, não exclui a possibilidade de se estruturar ou obter novas linhas para contratação de capital de giro de acordo com os instrumentos disponíveis e condições de mercado vigentes à época da contratação, conforme indicado nos itens 2.1(c) e 2.1(d) acima, tampouco a possibilidade de realização de novas captações via aumento de capital.

Embora, na visão dos Diretores, a estrutura de capital da Companhia estivesse adequada em 31 de dezembro de 2025, o Conselho de Administração poderá aprovar novas captações (de dívida ou de equity), de acordo com as necessidades da Companhia.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Abaixo, os diretores da Companhia apresentam as principais características dos financiamentos e empréstimos consolidados da Companhia, agrupados por modalidade, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023:

	Custo Médio	Vencimento final	Em 31 de dezembro de		
			2025	2024	2023
Financiamento Projetos (SFH/SFI)	TR + 7% a 16% / CDI + 4,3%	dez/29	304.168	283.956	289.682
Debêntures, ex-debênture conversível	100% CDI / CDI + 4,5% a 6,5% / IPCA + 6,5% a 10,5%	set/29	122.415	142.761	171.575
17ª Debênture	100% CDI	jun/30	-	342.102	311.591
CCB/CRI/Capital de Giro/Outras operações	143% CDI / CDI +4% a 28,06% / IPCA + 7,85% a 19,06% / Pré 11,35%	dez/26	1.177.328	1.114.799	1.060.697
Endividamento			1.603.911	1.883.618	1.481.496
Endividamento ajustado 17ª Debênture⁽¹⁾			1.603.911	1.541.516	1.521.954
Circulante ajustado 17ª debênture			971.975	1.289.511	985.664
Não circulante ajustado 17ª debênture			631.936	252.005	536.290

(1) Excluindo o montante da 17ª Emissão de debêntures, a qual é considerada um instrumento patrimonial por ser conversível em ações ordinárias, sem a possibilidade de desembolso de caixa.

Financiamento Projetos (SFH e SFI)

É representado pelos financiamentos tomados juntos aos bancos comerciais nacionais com o objetivo de prover recursos para a construção de empreendimentos imobiliários da Companhia e suas controladas e coligadas. Estes contratos possuem garantia real representada pela hipoteca do terreno e pela cessão fiduciária ou penhor dos recebíveis e os recursos são liberados mediante a comprovação de evolução física e financeira de obras, iniciando o período de amortização após a conclusão da obra objeto do contrato. Durante o período de amortização do contrato, os recursos oriundos da quitação do saldo devedor dos clientes são utilizados para amortizar o montante da dívida.

Os empréstimos e financiamentos vinculados aos projetos SFH e SFI possuem saldo em aberto de R\$304.168 mil, R\$283.956 mil e R\$289.682 mil em 31 de dezembro de 2025, 2024 e de 2023, respectivamente.

Debêntures

O saldo de Debêntures em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, refere-se à emissões para o reforço de capital de giro da Companhia e desenvolvimento de empreendimentos imobiliários.

O saldo em aberto em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023 é de R\$122.415 mil, R\$142.761 e mil R\$171.575 mil, respectivamente.

Para mais informações a respeito das emissões de Debêntures, vide item 12.3 deste Formulário de Referência.

17ª Emissão de Debêntures

Em 21 de dezembro de 2021 a Companhia celebrou o Instrumento Particular de Escritura da 17ª (Décima Sétima) Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações Ordinárias, da GAFISA S.A. As debêntures objeto da emissão foram emitidas em dezembro de 2021, com vencimento em dezembro de 2024. As debêntures objeto da 17ª Emissão foram convertidas em ações em 24 de março de 2025, resultando na emissão de 18.639.332 novas ações ordinárias da Companhia ao preço de conversão de R\$ 19,04, aumentando o capital social da Companhia de R\$1.701.598 mil para R\$ 2.056.450 mil.

Considerando a conversão das debêntures em 24 de março de 2025, em 31 de dezembro de 2025 não havia saldo em aberto. Não obstante, o saldo em aberto da 17ª Emissão de Debêntures da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram de R\$342.102 mil e com R\$311.591 mil, respectivamente.

CCB/CRI/Capital de Giro/Outras operações

É composto pelas Cédulas de Crédito Bancário (CCB) e outros instrumentos bancários que configuram dívida da companhia e tem o seu recurso direcionado ao capital de giro da companhia. Estes instrumentos podem possuir garantias reais ou fidejussórias e contam com cláusulas restritivas (covenants) cujo não cumprimento podem ensejar o vencimento antecipado das obrigações, conforme descritas no subitem (iv) abaixo.

As operações acima referidas apresentam o saldo em aberto em 31 de dezembro de 2025 de R\$1.177.328 mil. O saldo em aberto de tais operações em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram de R\$1.114.799 mil e com R\$1.060.697 mil, respectivamente.

(ii) outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2025, não existiam outras relações de longo prazo com instituições financeiras além daquelas já destacadas no item 2.1(f) acima.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 , 2024 e 2023, as dívidas da Companhia contratadas na forma de financiamentos e empréstimos junto às instituições financeiras podem ser segregadas, de acordo com a natureza de suas garantias, conforme abaixo:

<i>(em R\$ mil)</i>	Exercício Social de 31 de dezembro de		
	2025	2024	2023
Total dívida com Garantia Real	1.551.692	1.392.715	1.269.794
Total dívida com Garantia Flutuante	45.905	131.791	176.023
Total dívida Quirografária	6.314	17.010	76.137
Endividamento ajustado (exclusão da 17ª debenture)	1.603.911	1.541.516	1.521.954

As dívidas da Companhia que são garantidas com garantia real e garantia fluante contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei. Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível acontecerá de acordo com o disposto na Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, conforme em vigor: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) créditos com garantia real; (iv) empréstimos e financiamentos; (v) créditos quirografários; (vi) créditos subordinados; e (vii) dividendos e juros sobre capital próprio.

(iv) restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, a Companhia possuía o montante de R\$1.603.911 mil, R\$1.541.516 mil e R\$1.521.954 mil, respectivamente, em contratos que podem conter cláusulas de cross default e/ou cross acceleration, com cláusulas restritivas (“covenants”), relacionadas à geração de caixa, índices de endividamento, capitalização, cobertura de dívidas, manutenção de composição acionária e outros. O descumprimento de tais obrigações pela Companhia poderá gerar o vencimento antecipado de suas dívidas e/ou a aceleração de outras dívidas da Companhia, inclusive em razão do exercício de eventuais cláusulas de vencimento cruzado (cross default ou cross acceleration), podendo impactar negativamente os resultados da Companhia e o valor de suas ações. Importante ressaltar que caso todos os contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusula de cross default e/ ou cross acceleration, no entanto, conforme abaixo demonstrado a Companhia atendeu aos requisitos de covenants.

Essas cláusulas restritivas estão sendo observadas pela Companhia e não restringem a sua capacidade de condução normal de seus negócios.

Os principais pontos de restrição dos instrumentos financeiros, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, estão abaixo destacados:

- pedido de qualquer plano de recuperação judicial ou extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial;
- ocorrência de alteração do controle acionário direto ou indireto da Companhia, nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, que implique em rebaixamento da classificação de risco (*rating*) abaixo de classificação vigente no momento da emissão ou classificação de risco equivalente em escala nacional pelas principais agências classificadoras de risco;
- pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação nos lucros estatutariamente prevista, quando estiver em mora com as emissões vigentes na declaração do evento, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;

- decretação de vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras e dívidas da Companhia e/ou das suas Controladas Relevantes, conforme definidas no instrumento aplicável, no mercado local ou internacional;
- alteração ou modificação do objeto social da Companhia que faça com que a Companhia deixe de atuar como incorporadora e construtora imobiliária;
- transformação da Companhia em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- cisão, fusão ou incorporação da Companhia por outra sociedade, salvo se tal alteração societária for previamente aprovada pelos detentores dos títulos de dívidas ou for lhes garantido o direito de retirada;
- redução de capital social da Companhia que resulte em capital social inferior a 95,00% (noventa e cinco por cento) do capital social da existente, exceto (i) nos casos de redução de capital realizada com o objetivo de absorver prejuízos, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações; ou (ii) se previamente autorizado pelos detentores dos títulos de dívidas;
- alienação, desapropriação, confisco ou qualquer outra forma de disposição pela Companhia de ativos permanentes de valor equivalente conforme de definidos nas escrituras e contratos e que possa afetar sua capacidade financeira.

As restrições descritas acima podem não se aplicar integralmente a todos os contratos em vigor nesta data, podendo estabelecer limites distintos para cada contrato.

A Companhia também se comprometeu a manter os seguintes indicadores financeiros dentro dos limites estabelecidos. As fórmulas e os limites máximo e mínimo, bem como suas referências são apresentados a seguir:

Índice Financeiro	Em 31 de dezembro de		
	2025	2024	2023
Total de contas a receber ⁽¹⁾ mais estoques de unidades concluídas deve ser menor que zero ou maior que 2,0 vezes o endividamento líquido menos dívida de projetos.	N/A	N/A	2,93 vezes
Dívida total, menos dívida de projetos, menos disponibilidades ⁽²⁾ , não deve exceder 75% do patrimônio líquido mais participações de acionistas não controladores.	N/A	42,76%	55,03%
Endividamento líquido não deve exceder 70% do patrimônio líquido mais participações dos acionistas não controladores	81,5%	57,68%	72,06%

(1) Total de recebíveis, sempre quando mencionado, refere-se ao montante refletido no Balanço Patrimonial acrescidos da parcela a apropriar não demonstrada no Balanço Patrimonial.

(2) Disponibilidades referem-se a caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2023, o índice do endividamento líquido extrapolou os 70% do patrimônio líquido, no entanto, a Companhia obteve o *waiver* e assim não houve a necessidade de pagamento antecipado do endividamento.

A Companhia encontra-se adimplente em relação às cláusulas restritivas para as operações de debêntures para o exercício de 2024.

g) limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, os financiamentos à construção contratados pela Companhia junto às instituições nacionais julgadas pela empresa como de primeira linha possuem seus recursos destinados exclusivamente para utilização nas obras dos respectivos empreendimentos.

Os recursos contratados são liberados à Companhia conforme avanço físico-financeiro das obras, sendo que os valores contratados e liberados, em 31 de dezembro de 2025, encontram-se descritos abaixo:

	Dívida de Projetos
Valor Contratado	2.530.359
Valor Liberado	2.420.756
Remanescente	109.603
% a ser liberado	4,3%

h) alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

**EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO
DE 202**

R\$ mil, exceto percentuais	Exercício findo em dezembro de				
	2025	AV (%)	2024	AV (%)	AH (%)
Operações continuadas					
Receita operacional líquida	619.692	100%	1.012.352	100,0%	-39%
Custos Operacionais de incorporação e venda de imóveis	(818.719)	-132%	(1.066.679)	-105%	-23%
Lucro bruto operacional	(199.027)	-32,1%	(54.327)	-5,4%	266%
(Despesas)/ receitas operacionais					
Despesas com vendas	(20.221)	-3%	(33.915)	-3%	-40%
Despesas gerais e administrativas	(79.653)	-13%	(110.090)	-11%	-28%
Resultado de equivalência patrimonial sobre os investimentos	(84.864)	-14%	(14.453)	-1%	487%
Depreciação e amortização	(15.550)	-3%	(13.979)	-1%	11%
Outras receitas/(despesas), líquidas	(15.255)	-2%	167.194	17%	-109%
Lucro (prejuízo) antes das receitas e despesas financeiras e do imposto de renda e contribuição social	(414.570)	-67%	(59.570)	-6%	596%
Despesas Financeiras	(219.689)	-35%	(158.394)	-16%	(158.394)
Receitas Financeiras	31.179	5%	213.249	21%	213.249
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(603.080)	-97%	(4.715)	0%	12691%
Imposto de renda e contribuição social corrente	(9.718)	-2%	(18.760)	-2%	-48%
Imposto de renda e contribuição social diferido	68.248	11%	(17.248)	-2%	-496%

R\$ mil, exceto percentuais	Período de 3 (três) meses findo em 31 de março de				
	2025	AV (%)	2024	AV (%)	AH (%)
Operações continuadas					
Total de imposto de renda e contribuição social	58.530	9%	(17.150)	-6,8%	-530,5%
Resultado líquido das operações continuadas	(544.550)	-88%	(40.723)	-4%	(40.723)
Resultado líquido das operações descontinuadas	-		-	0%	-
Acionistas não controladores	(8)	0%	(146)	0%	(146)
Lucro (prejuízo) do período	(544.542)	-87,9%	(40.577)	-4%	-263%

Receita operacional líquida

A Receita Operacional Líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$619.692 mil, comparada com R\$1.012.352 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, representando uma redução de 39%. Esse desempenho deve-se, principalmente, ao menor volume de vendas em função ao mix de projetos e redução de obras em andamento. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui 7 obras em andamento em comparação com 10 obras em andamento em 31 de dezembro de 2024. A Administração da Companhia atribui o menor volume de vendas à redução de estoque de produtos destinados a classe média e média alta e também da estratégia da companhia de preservar a margem bruta e seu posicionamento nos demais projetos.

Custos Operacionais de incorporação e venda de imóveis

Os custos operacionais de incorporação e venda de imóveis no período de três meses findo em 31 de dezembro de 2025 foram de R\$818.719 mil comparados com R\$1.066.679 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, representando uma redução de 23,3%. Esta variação é atribuída substancialmente ao menor volume de vendas e obras em andamento.

Prejuízo bruto operacional

O prejuízo bruto operacional no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$199.027 mil comparado a R\$54.327 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, representando uma redução de R\$144.700 mil ou 23%, em razão da alienação de ativos que não estavam aderentes a estratégia da companhia de atuação no segmento de alto luxo.

Despesas com vendas e gerais e administrativas

As Despesas com vendas e gerais e administrativas no exercício de 2025 foram de R\$79.653 mil comparadas com R\$110.090 mil em 2024, representando uma redução da despesa em R\$30.437 mil ou 28%. Esta variação deve-se ao trabalho contínuo da Companhia de redução de custos, em especial nas linhas de salários e encargos e despesas com serviços prestados, exemplificativamente, em 31 de dezembro de 2025 o gasto com salários e despesas com serviços prestados e despesas com aluguéis e condomínios foi de R\$64.235 mil, enquanto em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$102.387 mil.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi uma despesa financeira líquida de R\$188.510 mil comparado com uma receita financeira líquida de R\$54.885 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Esta variação é atribuída substancialmente a (i) redução da receita financeira líquida proveniente da 17ª emissão de debêntures da Companhia em R\$159.634 mil em 2025, em razão de sua conversão em março de 2025, e (ii) o aumento da despesa financeira de juros sobre impostos e contribuições em R\$45.490mil, e (iii) aumento de despesa de juros sobre captações de empréstimos em R\$38.526, devido o aumento da taxa de juros em cenário macroeconômico desafiador.

Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e Contribuição Social no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 representou um resultado positivo, de R\$58.530 mil, comparado com o resultado positivo de R\$36.008 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, representando uma variação de R\$94.538 mil. Esta variação é atribuída substancialmente à reversão do imposto de renda diferido passivo referente à conversão das debêntures da 17ª emissão de debêntures da Companhia em ações ordinária de emissão da Companhia, gerando um efeito positivo de R\$77.197 mil, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Lucro (Prejuízo) do Período

O prejuízo apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$544.550 mil comparado com o prejuízo de R\$40.577 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. No processo de requalificação de seu portfólio, os desinvestimentos em ativos não aderentes ao plano estratégico permitiram a priorização em projetos com maior potencial de geração de valor. O desempenho do exercício reflete o contexto macroeconômico desafiador e efeitos não recorrentes associados à transição do portfólio e à reorganização operacional em curso.

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

R\$ mil, exceto percentuais	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2024	AV (%)	2023	AV (%)	AH (%)
Operações continuadas					
Receita operacional líquida	1.012.352	100,0%	1.103.532	100,0%	-8,3%
Custos Operacionais de incorporação e venda de imóveis	1.066.679	-105%	(1.149.986)	(104,2%)	-7,2%
Lucro bruto operacional	(54.327)	-5,4%	(46.454)	-4,2%	16,9%
(Despesas)/ receitas operacionais					
Despesas com vendas	(33.915)	-3,4%	(39.076)	-3,5%	-13,2%
Despesas gerais e administrativas	(110.090)	-10,9%	(113.957)	-10,3%	-3,4%
Resultado de equivalência patrimonial sobre os Investimentos	(14.453)	-1,4%	18.322	1,7%	-178,9%
Depreciação e amortização	(13.979)	-1,4%	(21.609)	-2,0%	-35,3%
Outras receitas/(despesas), líquidas	167.194	16,5%	165.743	15,0%	0,9%
Lucro (prejuízo) antes das receitas e despesas financeiras e do imposto de renda e contribuição social	(59.570)	-5,9%	(37.031)	-3,4%	60,9%
Despesas Financeiras	(158.394)	-16%	(167.092)	-15,1%	-5,2%
Receitas Financeiras	213.249	21%	56.771	5,1%	275,6%
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(4.715)	-0,5%	(147.352)	-13,4%	-96,8%
Imposto de renda e contribuição social corrente	(18.760)	-1,9%	(21.942)	-2,0%	-14,5%

R\$ mil, exceto percentuais	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2024	AV (%)	2023	AV (%)	AH (%)
Operações continuadas					
Imposto de renda e contribuição social diferido	(17.248)	-1,7%	(24.030)	-2,2%	-28,2%
Total de imposto de renda e contribuição social	(36.008)	-3,6%	(45.972)	-4,2%	-42,7%
Resultado líquido das operações continuadas	(40.723)	-4,0%	(193.324)	-17,5%	-78,9%
Resultado líquido das operações descontinuadas	0	0%	(2.145)	0,0%	-100%
Acionistas não controladores	(146)	0%	(159)	0,0%	-8,8%
Lucro (prejuízo) do período	(40.577)	-4,0%	(195.310)	-17,7%	-79,2%

Receita operacional líquida

A Receita Operacional Líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 totalizou R\$1.012.352 mil, apresentando uma redução de 8% em relação aos R\$1.103.532 mil registrados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Esse desempenho deve-se, principalmente, ao menor volume de vendas no ano, que passou de R\$970.170 mil em 2023 para R\$783.273 mil em 2024. Adicionalmente, há o impacto da redução do número de obras em andamento. A Companhia entregou 5 empreendimentos em 2023 e 6 empreendimentos em 2024, contudo encerrou o último exercício com 11 empreendimentos em andamento, enquanto havia encerrado o exercício social encerrado em 2023 com 15 empreendimentos em andamento. A Administração da Companhia atribui o menor volume de obras em andamento principalmente à conclusão e entrega dentro do período e por não fazer novos lançamentos, exceto pelo lançamento do empreendimento Allard Oscar Freire no último trimestre de 2024. A redução do volume de obras em andamento impacta o reconhecimento de receita no exercício. Em contrapartida, a Companhia lançou o empreendimento Allard Oscar Freire no último trimestre de 2024, que, na opinião da Administração da Companhia, apresentou desempenho comercial positivo.

Custos Operacionais de incorporação e venda de imóveis

Os custos operacionais de incorporação e venda de imóveis no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 totalizaram R\$1.066.679 mil, representando uma redução de 7% em comparação aos R\$1.149.986 mil registrados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Essa variação reflete principalmente o menor volume de vendas e obras em andamento no último exercício, o que reduz, consequentemente, o custo com incorporação e venda, observado que a redução das obras em andamento se deu pelos motivos apresentados acima.

Prejuízo bruto operacional

O prejuízo bruto operacional no exercício social em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$54.327 mil comparado a R\$46.454 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, representando um aumento de R\$7.873 mil ou 17%, em razão dos motivos apresentados acima na rúbrica de receita operacional líquida.

Despesas com vendas e gerais e administrativas

As Despesas com vendas e gerais e administrativas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foram de R\$144.005 mil comparadas com R\$153.033 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, representando uma redução de R\$9.028 mil ou 6%. Esta variação é atribuída substancialmente a redução de custos fixos e despesas com vendas, exemplificativamente, em 31 de dezembro de 2024 o gasto com salários e despesas com serviços prestados foi de R\$94.125 mil, enquanto em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$91.905 mil.

Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi uma receita financeira líquida de R\$54.855 mil comparado com uma despesa financeira líquida de R\$110.321 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, uma redução de R\$165.176 mil. Esta variação é atribuída substancialmente ao impacto da 17ª emissão de debentures conversíveis da Companhia, a qual apresentou o montante líquido de receita de R\$133.960 mil em 2024 versus um montante líquido de despesa de R\$2.570 mil em função da volatilidade do preço das ações e juros nos exercícios.

Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e Contribuição Social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 representou uma despesa de R\$36.008 mil, comparado com uma despesa de R\$45.972 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, representando uma redução de R\$9.964 mil ou 21,7%. Esta variação é atribuída substancialmente a uma redução do imposto diferido passivo sobre diferenças temporárias, o que ocorreu em função da movimentação das contas de ágio, mais-valia, atualização da 17ª debenture e operações de fundos na Companhia e na Gafisa Propriedades.

Lucro (Prejuízo) do Período

O Prejuízo apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$40.723 mil comparado com o prejuízo de R\$195.310 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, representando uma redução de R\$154.747 mil ou 79%. A redução do prejuízo decorre das explicações apresentadas nas linhas anteriores .

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao Fluxo de Caixa consolidado da Companhia para os períodos indicados:

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(R\$ mil)	Período de três meses findo em	
	2025	2024
Geração (utilização) de caixa e equivalentes de caixa nas atividades operacionais	(185.330)	106.733
Geração (utilização) de caixa nas atividades de investimento	33.946	66.272
Geração (utilização) de caixa e equivalente de caixa nas atividades de financiamentos	160.083	(169.902)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	8.699	3.115

Atividades Operacionais

O Caixa Líquido utilizado nas atividades operacionais totalizou R\$185.303 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, em comparação a R\$106.733 mil de Caixa Líquido gerado no mesmo período de 2024. Esta variação deve-se principalmente a (i) aumento de R\$159.631 mil em 2025 em comparação aos R\$167.200 mil em 2024 na rubrica de Atualização de instrumentos financeiros ativos, em razão da conversão da 17ª Debenture, (ii) montante de R\$139.254 mil na rubrica de venda de participação societária realizada no exercício de 2024.

Atividades de Investimento

O Caixa Líquido gerado nas atividades Investimento totalizou R\$33.946 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, em comparação a uma utilização de R\$108.441 mil no mesmo período de 2024. Esta variação deve-se principalmente a (i) redução no montante aplicado no período de 2025 em R\$120.698 mil e, (ii) montante resgatado a maior em R\$53.847 mil no período de 2024.

Atividades de Financiamento

As atividades de Financiamento resultaram em uma geração de Caixa no montante de R\$160.083 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, em comparação a uma utilização de caixa de R\$55.642 mil no mesmo período de 2024. Esta variação deve-se principalmente à maior captação de empréstimos, financiamentos e debêntures exercício de 2025 em R\$284.353 mil comparado com o mesmo período em 2024.

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(R\$ mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de:	
	2024	2023
Geração (utilização) de caixa e equivalentes de caixa nas atividades operacionais	160.711	40.638
Geração (utilização) de caixa nas atividades de investimento	(108.441)	225.037
Geração (utilização) de caixa e equivalente de caixa nas atividades de financiamentos	(55.642)	(275.932)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(3.372)	(10.682)

Atividades Operacionais

O Caixa Líquido gerado nas atividades operacionais totalizou R\$160.711 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, em comparação a R\$40.638 mil de Caixa Líquido utilizado no mesmo período de 2023. Esta variação deve-se principalmente a: (i) aumento de contas a receber, em R\$146.602 mil, comparado a um aumento em 2023 de R\$26.536 mil, em razão do lançamento do Allard Oscar Freire (ii) redução do montante relacionado a juros e encargos financeiros não realizados para R\$288.997 mil, em relação a R\$376.979 mil em 2023, em razão de menor montante apropriado de juros devido ao encerramento dos contratos de empréstimos durante o exercício de 2023, (iii) redução do saldo de obrigações por compra de imóveis em R\$46.348 mil em comparação uma redução de R\$291.047 mil no mesmo período de 2023, (iv) atualização de instrumentos financeiros em R\$167.200 mil, em razão da atualização da 17ª emissão de debêntures, e (v) aumento referente a venda de participação em controladas em R\$139.254 mil.

Atividades de Investimento

O Caixa Líquido utilizado nas atividades Investimento totalizou uma utilização de R\$108.441 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, em comparação a uma geração de R\$225.037 mil no mesmo período de 2023. Esta variação deve-se aos seguintes itens: (i) montante aplicado em títulos e valores mobiliários em R\$208.046 mil em comparação a R\$828.132 mil em 2023, em razão da Companhia ter recebido maior volume referente aos empreendimentos vendidos que são aplicadas no patrimônio separado e (ii) montante resgatado de R\$80.892 mil em comparação a R\$1.068.091 mil no exercício de 2023, em razão da Companhia resgatar o montante para dar andamento das obras e honrar com as suas despesas

Atividades de Financiamento

As atividades de Financiamento resultaram em uma utilização de Caixa no montante de R\$55.642 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, em comparação uma utilização de caixa de R\$275.932 mil no mesmo período de 2023, decorrente, principalmente, de (i) aumento de capital em R\$184.978 mil; (ii) pagamento de empréstimos, financiamentos e debentures em R\$715.913 mil e (iii) captações em R\$475.293 mil.

2.2. Comentários dos diretores sobre:

a) *resultado das operações do emissor:*

(i) *descrição de quaisquer componentes importantes da receita*

A Companhia gera suas receitas principalmente a partir da incorporação e venda de empreendimentos imobiliários. Em menor escala, a Companhia também gera receitas a partir de serviços imobiliários tais como administração de construção, gerência técnica e imobiliária, a qual presta a terceiros. O quadro a seguir apresenta a reconciliação da receita obtida, para a receita operacional líquida, apresentada nas demonstrações dos resultados:

(R\$ mil)	31 de dezembro de		
	2025	2024	2023
Incorporação, venda de imóveis, permuta e prestação de serviços de construção	591.452	937.168	1.037.105
Venda de terrenos	64.041	113.603	80.370
Reversão (constituição) de provisão para perdas esperadas e distratos	(16.293)	(6.279)	24.179
Impostos sobre vendas de imóveis e serviços	(19.508)	(32.140)	(38.122)
Total receita líquida	619.692	1.012.352	1.103.532

Os segmentos nos quais a Companhia atua são: (i) Gafisa, para empreendimentos de alta e média renda no Brasil, exceto Rio de Janeiro e Gafisa Rio, para empreendimentos de alta e média renda no estado do Rio de Janeiro.

A Administração da Companhia, responsável por alocar recursos nos negócios e monitorar o progresso dos mesmos, utiliza informações a valor presente econômico, derivada de uma combinação de resultados operacionais históricos e resultados operacionais projetados da Companhia. A Companhia apresenta abaixo a receita líquida relacionada a cada segmento de atuação.

R\$ mil	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Receita Líquida			
Gafisa S.A.	554.983	840.242	845.760
Gafisa Rio	64.709	172.110	257.772
Total	619.692	1.012.352	1.103.532

(ii) *fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais*

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 a Receita Operacional Líquida foi de R\$619.692 mil, comparada com R\$1.012.352 mil em 2024, representando uma redução de 39%. O volume de vendas no exercício de 2025 foi de R\$510.076 mil comparada a R\$783.273 mil de 2024. A variação da receita deve-se ao menor volume de vendas, reflexo da redução de estoque de produtos destinados a classe média e média alta e também da estratégia da companhia de preservar a margem bruta e seu posicionamento nos demais projetos.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 a Receita Operacional Líquida foi de R\$1.012.352 mil, comparada com R\$1.103.532 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, representando uma redução de 8%. O volume de vendas no exercício de 2024 foi de R\$840.242 mil comparado a R\$845.760 mil em 2023. A variação reflete o menor volume de vendas devido a entrega de 14 empreendimentos em 2023 e 2024. Em contrapartida, destacamos o lançamento do empreendimento Allard Oscar Freire no último trimestre de 2024.

<i>R\$ mil</i>	2025	2024	2023	2025vs.2024	2024vs.2023
Vendas Brutas Contratadas	510.076	783.273	970.170	-35%	-19%
Receita Líquida	619.692	1.012.352	1.103.532	-39%	-8%

b) variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

A Companhia reconhece as receitas resultantes de empreendimentos imobiliários em função de suas construções, com base na evolução financeira de obra dos empreendimentos e não à época da celebração dos contratos de venda.

Nesse sentido, variações no montante de receita reconhecida são explicadas pelo volume de vendas e evolução financeira da obra, a qual pode ser impactada por oferta de mão de obra e material, inflação, entre outros.

Adicionalmente, o preço dos produtos também é impactado pela inflação do INCC, assim como demanda e oferta em determinados lugares. A variação do volume de receita está diretamente relacionada ao tipo de produto a ser lançado, região e perfil de público a ser atingido, além dos fatores macroeconômicos.

Ademais, os distratos impactam de forma temporária o volume de receita da Companhia, já que as unidades distratadas são usualmente revendidas em um curto espaço de tempo e em um preço maior do que a venda original.

A Companhia não possui dívidas ou valores a receber denominados em moeda estrangeira e nenhum dos custos relevantes da Companhia é denominado em moeda estrangeira.

Informações adicionais estão descritas no item 2.1(a)(ii) acima.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

Os diretores da Companhia esclarecem que o resultado operacional e o resultado financeiro da Companhia são afetados pela inflação e pela taxa de juros, entretanto não sofrendo efeitos diretos da variação da taxa de câmbio.

Adicionalmente, conforme mencionado no item 5.1 deste Formulário de Referência, as principais taxas indexadoras presentes no plano de negócios da Companhia são o INCC, IGP-M, CDI e TR:

- **INCC:** a maior parte dos custos da Companhia, e toda a sua carteira de recebimentos de projetos não finalizados são atualizados por este índice. Hipoteticamente, na data base de 31 de dezembro de 2025, um aumento de 1% no INCC representaria um incremento de R\$6.197 mil nas receitas operacionais líquidas da Companhia com base no atual nível de ativos atrelados a este índice.
- **IGP-M e IPCA:** toda a carteira de recebimentos de projetos finalizados pela Companhia é atualizada por estes índices. Hipoteticamente, na data base de 31 de dezembro de 2025, um aumento de 1% no IGP-M ou no IPCA representaria um incremento de R\$ 12.746 mil nas receitas operacionais da Companhia com base no atual nível de ativos atrelados a estes índices.

CDI: 10% das aplicações financeiras da Companhia e aproximadamente 44% do seu endividamento total estão atrelados ao CDI. Hipoteticamente, na data base de 31 de dezembro de 2025, um aumento de 1% no CDI representaria um acréscimo de despesa financeira de R\$8.504 mil no resultado financeiro da Companhia com base no atual nível de endividamento atrelado a este índice.

2.3. Comentários dos diretores sobre:

a) **mudanças significativas nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2**

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez no exercício social findo em 31 de março de 2025

Não houve a aplicação de novos pronunciamentos e práticas contábeis no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025

No exercício corrente, as alterações das IFRSs *Accounting Standards* abaixo relacionadas são obrigatoriamente válidas para um exercício contábil que se iniciou em ou após 1 de janeiro de 2025. A sua adoção não teve nenhum impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ou Novos Pronunciamentos	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Falta de permutabilidade (Emenda à IAS 21/ CPC 02 Os Efeitos das Alterações nas Taxas de Câmbio Estrangeiro)	Classificação do Passivo com Circulante ou Não Circulante	01/01/2025
Divulgações sobre Incertezas nas Demonstrações Financeiras – Emendas a Exemplos Ilustrativos da IFRS 7/ CPC 40 Instrumentos Financeiros: divulgações, IFRS 18/ CPC 51 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras, IAS 1/ CPC 26(R1) Apresentação das Demonstrações Financeiras, IAS 8/ CPC 23 Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros, IAS 36/ CPC01 Imparidade de Ativos e IAS 37/CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Passivo Não Circulante com Covenants	N/A – Exemplos ilustrativos não estão sujeitos a aprovação

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Não houve efeitos significativos como resultado das alterações em práticas contábeis no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

No exercício social de 2024

Não houve efeitos significativos como resultado das alterações em práticas contábeis no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

b) **Opiniões modificadas e ênfases presentes no parecer do auditor**

Demonstrações financeiras relacionadas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Os Diretores da Companhia esclarecem não ter havido ressalvas no relatório de do auditor independente sobre a elaboração das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Entretanto, os auditores realizaram a seguinte ênfase:

“Reconhecimento de receitas

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, essas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM. Desta forma, a determinação da política contábil adotada pela Companhia, para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, segue o entendimento manifestado pela CVM no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018 sobre a aplicação da NBC TG 47 (IFRS 15). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.”

Sobre a ênfase indicada acima, os Diretores esclarecem que a política contábil adotada pela Companhia para o reconhecimento de receitas está integralmente alinhada às práticas contábeis adotadas no Brasil, às normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e ao entendimento da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), conforme disposto no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018, que orienta a aplicação da NBC TG 47 (IFRS 15) para as entidades de incorporação imobiliária.

Demonstrações Financeiras relacionadas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024

Os Diretores da Companhia esclarecem não ter havido ressalvas no relatório de auditoria dos auditores independentes sobre a elaboração das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Entretanto, os auditores realizaram a seguinte ênfase:

“Reconhecimento de receita

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, essas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM. Desta forma, a determinação da política contábil adotada pela Companhia, para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, segue o entendimento manifestado pela CVM no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018 sobre a aplicação da NBC TG 47 (IFRS 15). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.”

Sobre a ênfase indicada acima, os Diretores esclarecem que a política contábil adotada pela Companhia para o reconhecimento de receitas está integralmente alinhada às práticas contábeis adotadas no Brasil, às normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e ao entendimento da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), conforme disposto no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018, que orienta a aplicação da NBC TG 47 (IFRS 15) para as entidades de incorporação imobiliária.

2.4. Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas Demonstrações Financeiras

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável, pois não houve transações desta natureza no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável, pois não houve transações desta natureza no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

(c) eventos ou operações não usuais

Não aplicável, pois não houve transações desta natureza no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

2.5. Medições não contábeis

(a) Valor das medições não contábeis:

Seguem abaixo as definições das medições não contábeis divulgadas pela exercício findo em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023:

EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA Ajustado:

O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization ou “LAJIDA” Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização) é uma medida não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Resolução emitida pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários) nº 156, de 26 de junho de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM 156”), conciliada com suas demonstrações financeiras, e consiste no lucro líquido adicionado pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, pelo resultado financeiro líquido e pelas despesas com depreciação e amortização.

O EBITDA Ajustado consiste no EBITDA ajustado por itens contábeis não recorrentes ou sem reflexo direto no caixa da Companhia, de forma a melhor refletir tal indicador, tais como: encargos financeiros capitalizados, operações de fusões e aquisições e despesas com plano de opções (não-caixa) e demandas judiciais.

O EBITDA Ajustado é calculado através do EBITDA adicionado dos encargos financeiros de contas a pagar por aquisição de terrenos e os diretamente associados ao financiamento da construção. São capitalizados e registrados em imóveis a comercializar, e apropriados ao custo incorrido das unidades em construção até a sua conclusão e observando-se os mesmos critérios de apropriação do custo de incorporação imobiliária na proporção das unidades vendidas em construção. Dessa forma, trata-se de um custo financeiro que é excluído do EBITDA para se obter o EBITDA Ajustado pois tal medição não contábil não deve incluir impactos financeiros.

A Margem EBITDA corresponde ao EBITDA dividido pela receita operacional líquida consolidada da Companhia.

A Margem EBITDA Ajustado corresponde ao EBITDA Ajustado dividido pela receita operacional líquida consolidada da Companhia.

Endividamento líquido e Índice de endividamento líquido:

O endividamento é uma medição não contábil elaborada pela Companhia representada pela soma de empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante), menos o saldo de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras circulante e não circulante. O endividamento líquido Líquida não é medida contábil reconhecida pela BR GAAP nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), tampouco possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. O índice de endividamento líquido corresponde ao endividamento líquido dividido pelo patrimônio líquido da Companhia.

Lucro Bruto Ajustado, Margem Bruta e Margem Bruta Ajustada:

O Lucro Bruto Ajustado é uma medida não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras e consiste no lucro bruto excluindo os encargos financeiros capitalizados.

A Margem Bruta é calculada por meio da divisão do Lucro Bruto pela receita líquida da Companhia. A Margem Bruta Ajustada é calculada por meio da divisão do Lucro Bruto Ajustado pela receita líquida da Companhia.

Seguem abaixo os valores do EBITDA, do EBITDA Ajustado, da Margem EBITDA, da Margem EBITDA Ajustado, do Endividamento Líquido, do Índice de Endividamento Líquido, do Lucro Bruto Ajustado, da Margem Bruta, bem como da Margem Bruta Ajustada da Companhia no exercício encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2025	2024	2023
EBITDA	(399.064)	(45.445)	(17.408)
EBITDA Ajustado	(199.631)	163.308	240.949
Margem EBITDA Ajustado	-32,2%	16,1%	21,8%
Endividamento líquido (1)	1.252.621	1.467.467	1.541.197
Endividamento líquido ajustado (2)	1.252.621	1.125.365	1.229.606
Índice endividamento líquido (3)	81,5%	75,2%	90,3%
Índice endividamento líquido ajustado (4)	81,5%	57,7%	72,0%
Margem bruta	-32,1%	-5,4%	-4,2%
Lucro bruto ajustado	-37.641	115.388	145.733
Margem bruta ajustada	-6,1%	11,4%	13,2%

(b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas ou informações financeiras intermediárias revisadas:

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do EBITDA, do EBITDA Ajustado, da Margem EBITDA, da Margem EBITDA Ajustado, do Endividamento Líquido, do Índice de Endividamento Líquido, do Lucro Bruto Ajustado, da Margem Bruta, bem como da Margem Bruta Ajustada da Companhia exercício findo em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023:

<i>(R\$ mil, exceto %)</i>	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de		
	2025	2024	2023
Resultado líquido	(544.542)	(40.577)	(195.310)
(+) Resultado financeiro Líquido	188.510	(54.855)	110.321
(+/-) Imposto de renda e Contribuição social	(58.530)	36.008	45.972
(+) Depreciação e Amortização	15.498	13.979	21.609
EBITDA	(399.064)	(45.445)	(17.408)
(+) Encargos sobre captações, líquido de capitalização	161.386	169.715	192.187
(+) Despesas com plano de opções	-	5	320
(+) Participação dos Minoritários	(9)	(146)	(159)
(+) Despesas com demandas judiciais	38.056	39.179	66.009
EBITDA ajustado	(199.631)	163.308	240.949
Receita Operacional Líquida	619.692	1.012.352	1.103.532
Margem EBITDA	-64,4%	-4,5%	-1,6%
Margem EBITDA ajustado	-32,2%	16,1%	21,8%

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de		
<i>(R\$ mil, exceto %)</i>	2025	2024	2023
Índice endividamento líquido ajustado ⁽⁶⁾	81,5%	57,7%	72%
Endividamento de projetos	1.221.197	1.129.894	1.446.737
Endividamento corporativo ⁽⁷⁾	382.714	337.573	94.460
Endividamento corporativo ajustado ⁽⁸⁾	382.714	(4.508)	(217.131)
Índice endividamento corporativo ⁽⁹⁾	2,0%	17,3%	5,5%
Índice endividamento corporativo ajustado ⁽¹⁰⁾	2,0%	-0,2%	-12,7%

(1) Corresponde à soma de empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante)

(2) Corresponde à diferença entre o endividamento menos o saldo da 17ª debênture, a qual foi convertida em março de 2025.

(3) Corresponde à diferença entre o endividamento menos o saldo de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários.

(4) Corresponde à diferença entre o endividamento líquido menos o saldo da 17ª debênture, a qual foi convertida em março de 2025

(5) Corresponde à divisão do Endividamento Líquido pelo Patrimônio Líquido.

(6) Corresponde à divisão do Endividamento Líquido ajustado pelo Patrimônio Líquido.

(7) Corresponde ao endividamento líquido menos endividamento de projetos

(8) Corresponde ao endividamento líquido ajustado menos endividamento de projetos

(9) Corresponde a razão entre endividamento líquido corporativo e patrimônio líquido.

(10) Corresponde a razão entre endividamento líquido corporativo ajustado e patrimônio líquido.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2025	2024	2023
Receita operacional líquida	619.692	1.012.352	1.103.532
(-) Custos operacionais	(818.719)	1.066.679	1.149.986
Lucro bruto operacional	(199.027)	54.327	46.454
Margem bruta	-32,12%	-5,4%	-4,2%
(+) Encargos financeiros capitalizados	161.386	169.715	192.187
Lucro bruto ajustado	(37.641)	115.388	145.733
Margem bruta ajustada	-6,07%	11,4%	13,2%

(c) Motivo pelo qual se entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia

EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA Ajustado

O EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado são indicadores financeiros utilizados para avaliar o resultado de empresas sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e outros impactos contábeis sem reflexo direto no fluxo de caixa da empresa.

O EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado são informações adicionais às demonstrações financeiras da Companhia e não devem ser utilizados em substituição às informações das demonstrações financeiras auditadas.

A Companhia entende que a utilização do EBITDA Ajustado como medida de desempenho pode ser mais apropriada para a correta compreensão de sua condição financeira e do resultado de suas operações, além de permitir uma comparação com outras companhias do mesmo segmento, ainda que outras empresas possam calculá-lo de maneira distinta.

A Companhia acredita que o EBITDA Ajustado apresenta uma medida mais precisa de seu desempenho operacional e geração de caixa, uma vez que exclui efeitos não recorrentes e não caixa. Desse modo, a Companhia efetua os seguintes ajustes ao cálculo do EBITDA: (i) encargos financeiros capitalizados referentes aos custos de empréstimos alocados ao custo, e portanto, referentes aos custos financeiros de empréstimos incorridos, os quais foram capitalizados conforme CPC 20 (R1) – Custos de Empréstimos; (ii) despesas com plano de opções de compra de ações, as quais não representam desembolso de caixa pela Companhia no exercício; e (iii) resultados atribuíveis aos acionistas não controladores e (iv) despesas com demandas judiciais.

Portanto, a Companhia entende que o EBITDA Ajustado retrata seu desempenho sem a influência de fatores ligados, dentre outras coisas, (i) à sua estrutura de capital, como despesas com juros de seu endividamento, flutuações de taxas de juros e outros resultados financeiros, (ii) à sua estrutura tributária, como seu imposto de renda e contribuição social, (iii) às suas despesas com planos de opções de compra de ações, que não têm efeito no fluxo de caixa da Companhia,

às suas despesas com depreciações e amortizações, especialmente as advindas de operações de fusões e aquisições. Estas características, no entendimento da Companhia, tornam o EBITDA Ajustado uma medida mais prática e mais apropriada de seu desempenho, pois afere de forma mais precisa o resultado advindo exclusivamente do desenvolvimento de seus projetos imobiliários.

O EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustado não são medidas contábeis reconhecidas segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (“BR GAAP”), nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa a outros indicadores financeiros. O EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustado também não representam o fluxo de caixa para os exercícios apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido ou como base para a distribuição de dividendos. Além disso, essas medidas não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

Endividamento líquido e Índice de Endividamento Líquido

A divulgação de informações sobre o endividamento líquido visa apresentar uma visão geral do endividamento e da posição financeira da Companhia.

O endividamento líquido e o índice de endividamento líquido não são medidas de desempenho financeiro ou de liquidez segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Outras empresas podem calcular o endividamento líquido e seu índice de maneira diferente da Companhia. Na gestão de nossos negócios, utilizamos o endividamento líquido e seu índice como forma de avaliar nossa posição financeira.

A Companhia entende que essas medidas funcionam como ferramentas importante para comparar, periodicamente, a posição financeira da Companhia, analisar o grau de alavancagem financeira em relação ao fluxo de caixa operacional, bem como para embasar determinadas decisões gerenciais.

Adicionalmente, a Companhia utiliza o endividamento líquido e seu índice em obrigações (covenants) relacionadas com alguns de seus contratos de financiamento.

Lucro Bruto Ajustado, Margem Bruta e Margem Bruta Ajustada

A Companhia entende que o cálculo do Lucro Bruto Ajustado tem como objetivo avaliar os custos diretamente associados à formação do estoque excluindo-se os efeitos de endividamento, ou estrutura de capital, e com isto prover uma medida que permita a comparação entre os custos de empreendimentos, independentes do grau de alavancagem financeira a que eles estão sujeitos.

Assim, a administração da Companhia acredita que o Lucro Bruto Ajustado é uma medida não contábil mais apropriada para medição e análise de seu desempenho, pois afere de forma mais precisa o resultado advindo exclusivamente da atividade de desenvolvimento e construção.

O Lucro Bruto Ajustado, a Margem Bruta e a Margem Bruta Ajustada não são medidas de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e tampouco devem ser consideradas isoladamente, ou como alternativa a outros indicadores financeiros, como seus fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez.

2.6. Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Em relação às Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, aprovadas pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2026, ocorreram os seguintes eventos subsequentes:

(i) Aumento de capital

Em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 15 de janeiro de 2025, as seguintes matérias foram deliberadas:

(a) Aprovação do aumento de capital por exercício de bônus de subscrição no valor de R\$ 11.491 mediante a emissão de 2.197 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de R\$ 5,23 por ação.

(b) Aprovação da homologação parcial do Aumento de Capital por Subscrição Privada da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, mediante a emissão de 11.157 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, pelo preço por ação de R\$ 5,23, totalizando o montante de R\$ 58.349.

Em decorrência da homologação do Aumento de Capital por Subscrição Privada, bem como do Aumento de Capital por Exercício dos Bônus de Subscrição, o capital social integralizado da Companhia passa R\$ 2.145.118, composto por 11.162 ações, para R\$ 2.214.958, dividido em 24.516 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

(ii) Assembleia Geral Extraordinária (AGE)

Em AGE realizada em 17 de março de 2026, foi aprovado a ampliação de montante de capital autorizado para R\$ 1.000.000.

2.7. Política de destinação dos resultados

	2025	2024
a) Regras sobre a retenção de lucros	Além das reservas obrigatórias previstas na legislação, o Estatuto Social da Companhia prevê que até 71,25% do lucro líquido ajustado anual pode ser destinado para a constituição de reserva estatutária de investimento, com a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e de empresas controladas, a qual não poderá ultrapassar 80% do capital social integralizado (Reserva de Investimentos).	Além das reservas obrigatórias previstas na legislação, o Estatuto Social da Companhia prevê que até 71,25% do lucro líquido ajustado anual pode ser destinado para a constituição de reserva estatutária de investimento, com a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e de empresas controladas, a qual não poderá ultrapassar 80% do capital social integralizado (Reserva de Investimentos).
a.i) Valores das retenções de lucros	Não houve retenção de lucros.	Não houve retenção de lucros.
a.ii) Percentuais em relação aos lucros totais declarados	Não aplicável.	Não aplicável.
b) Regras sobre a distribuição de dividendos	O Estatuto Social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido ajustado seja, anualmente, distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.	O Estatuto Social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido ajustado seja, anualmente, distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.
c) Periodicidade das distribuições de dividendos	Anual	Anual
d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou por regulamentação especial aplicável à Companhia, por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	O Estatuto Social da Companhia, em conformidade com o disposto na Lei das Sociedades por Ações, prevê que 5,00% do lucro líquido seja, anualmente, destinado à formação de reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20,00% do capital social integralizado ou o limite previsto no § 1º do art. 193 da Lei das Sociedades por Ações.	O Estatuto Social da Companhia, em conformidade com o disposto na Lei das Sociedades por Ações, prevê que 5,00% do lucro líquido seja, anualmente, destinado à formação de reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20,00% do capital social integralizado ou o limite previsto no § 1º do art. 193 da Lei das Sociedades por Ações.
	Cumprir notar, ainda, que as escrituras de emissão de debêntures referentes à 17ª e 18ª emissões da Companhia, bem como à emissão da RB Capital possuem cláusula de vencimento antecipado relacionado ao pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação nos lucros estatutariamente prevista, quando a mesma estiver em mora perante os titulares das debêntures, ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório.	Cumprir notar, ainda, que as escrituras de emissão de debêntures referentes à 17ª e 18ª emissões da Companhia, bem como à emissão da RB Capital possuem cláusula de vencimento antecipado relacionado ao pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação nos lucros estatutariamente prevista, quando a mesma estiver em mora perante os titulares das debêntures, ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório.

	Para maiores informações vide itens 2.1(f) e 12.3 deste Formulário de Referência.	Para maiores informações vide itens 2.1(f) e 12.3 deste Formulário de Referência.
e) Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	A destinação de resultados da Companhia segue os critérios estabelecidos em seu Estatuto Social, não havendo uma política de destinação de resultados específica	A destinação de resultados da Companhia segue os critérios estabelecidos em seu Estatuto Social, não havendo uma política de destinação de resultados específica

Comentários dos diretores da Companhia sobre a destinação dos resultados sociais referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Os Diretores da Companhia informam que os prejuízos apurados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram destinados, em sua totalidade, para compor o saldo de prejuízos acumulados, conforme segue:

<i>(Em R\$ mil)</i>	
Saldo de prejuízos acumulados de 2023	(35.038)
Movimentação líquida do exercício em 2024	(40.577)
Saldo de prejuízos acumulados de 2024	(75.615)
Movimentação líquida do exercício em 2025	(548.633)
Saldo de prejuízos acumulados de 2025	(624.248)

2.8. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial, tais como:

(i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos.

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, bem como no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

(ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício de três meses findo em 31 de março de 2025, bem como no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

(iii) contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, bem como no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

(iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, bem como no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores informam que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, bem como ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

2.9. Itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas informações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e nas demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

(b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas informações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e nas demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas informações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e nas demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

2.10. Plano de Negócios

(a) investimentos

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Em 31 de dezembro de 2025, os investimentos em andamento da Companhia estavam principalmente relacionados a: estandes de vendas, benfeitorias e *softwares*.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia conta com os recursos provenientes de captações de *equity*, dívidas corporativas e debêntures.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimento previstos

Em 31 de dezembro de 2025, não há desinvestimentos relevantes em andamento de seus ativos ou desinvestimentos previstos relevantes.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não há aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que possam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

(c) novos produtos e serviços

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável, pois não há pesquisas específicas em andamento que já tenham sido divulgadas.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, pois não há registro de investimentos relevantes em pesquisa para desenvolvimento de novos produtos ou serviços no exercício.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, pois não há registro de investimentos relevantes em pesquisa para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não foram registrados investimentos relevantes no desenvolvimento de novos produtos e serviços.

(d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ESG

A Gafisa incorporou ao seu plano de negócios diversas iniciativas estratégicas relacionadas e alinhadas à Política de ESG integradas ao modelo de gestão da Companhia. Essas iniciativas visam fortalecer a resiliência da operação, reduzir riscos socioambientais, impulsionar a inovação responsável e gerar valor sustentável aos *stakeholders*.

A Companhia estrutura sua atuação com base em uma Matriz de Materialidade elaborada conforme as melhores práticas do mercado, atualizada periodicamente com a participação de *stakeholders* internos e externos e considerando os princípios de dupla materialidade. Os temas identificados norteiam tanto a estratégia de sustentabilidade quanto a gestão de riscos e oportunidades relevantes para o negócio.

Entre as principais oportunidades ESG já incorporadas ao plano de negócios, destacam-se:

- Participação no CDP Clima, com nota “B-”, demonstrando o compromisso com a transparência climática, o mapeamento de riscos e oportunidades relacionados às mudanças do clima e o alinhamento gradual às recomendações do TCFD e aos padrões IFRS S2;
- Participação no ISE B3 (Índice de Sustentabilidade Empresarial), reforçando o compromisso com governança, transparência e gestão de riscos ESG, além de ampliar a visibilidade da Companhia perante o mercado de capitais e investidores institucionais;
- Participação do Índice IDiversa B3, representando o reconhecimento dos avanços da Companhia na promoção da diversidade, equidade e inclusão, reforçando o compromisso com um ambiente de trabalho mais inclusivo e com a valorização de todos os colaboradores;
- Ampliação da adoção de certificações ambientais nos empreendimentos, como GBC Brasil e ISO 14001 (com abrangência de 100% das unidades de incorporação e construção), promovendo maior eficiência hídrica, energética e ambiental nos projetos;
- Elaboração e publicação anual do Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (Escopos 1, 2 e 3), com apoio técnico de consultoria especializada e submissão à verificação externa por terceira parte independente, reforçando a confiabilidade das informações reportadas e o alinhamento às melhores práticas internacionais, com o inventário do ano-base 2024 concluído em maio de 2025

e o do ano-base 2025 em processo de verificação em março de 2026.

- Publicação do Relatório de Sustentabilidade com aderência aos padrões GRI e SASB, promovendo maior transparência na comunicação ESG e alinhamento aos requisitos crescentes do mercado e da regulação;
- Estruturação de um programa de metas ESG corporativas, com indicadores desdobrados por diretoria e integrados ao programa de remuneração variável, contemplando 100% da alta liderança e dos colaboradores da Companhia, promovendo o engajamento coletivo e transversal na agenda de sustentabilidade;
- Adoção de práticas de economia circular, com melhorias na gestão de resíduos nos canteiros de obras, parcerias com fornecedores, rastreabilidade e indicadores de desempenho ambiental;
- Integração de critérios ESG nos processos de Homologação de fornecedores, visando mitigar riscos legais, reputacionais e socioambientais desde a origem;
- Atuação do Comitê de Diversidade, com foco na promoção da equidade de gênero e na realização de ações estruturadas em parceria com fornecedores, visando disseminar boas práticas e ampliar o engajamento na cadeia de valor.
- Atuação do Comitê ESG, com participação da alta liderança, fortalecendo a governança e promovendo a colegialidade na tomada de decisão sobre os temas estratégicos da agenda ESG, incluindo a definição anual de metas e iniciativas prioritárias para implementação no ciclo;
- Fortalecimento da cultura ética e da integridade corporativa, com treinamentos periódicos para 100% dos colaboradores e fornecedores estratégicos sobre o Código de Conduta, riscos e boas práticas de compliance; e
- Incorporação de critérios climáticos ao planejamento estratégico, com avaliação de riscos físicos e de transição considerando as recomendações da TCFD e os requisitos dos padrões IFRS S1 e S2, em um processo gradual de evolução, com plano de adequação em curso para garantir conformidade em 2026.

Essas ações evidenciam o compromisso da Gafisa com a sustentabilidade como fator de diferenciação de produto, eficiência operacional e valorização de longo prazo, posicionando a Companhia entre os *players* que integram efetivamente os aspectos ESG ao seu modelo de negócio.

Essas ações evidenciam o compromisso da Gafisa com a sustentabilidade como vetor de inovação, diferenciação de produto, eficiência operacional e valorização de longo prazo, posicionando a Companhia entre os *players* que integram efetivamente os aspectos ESG ao seu modelo de negócios.

2.11. Outros fatores com influência relevante

Não aplicável, tendo em vista que não há outras informações relevantes com relação a esta seção 2.

ANEXO II

8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos.

(a) Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

A política de remuneração da Companhia foi publicada em 11 de março de 2025 e está à disposição dos acionistas na sede e no website da Companhia, e nos sites da B3 e da CVM, assim como suas atualizações ("Política de Remuneração").

A Política de Remuneração da Companhia para seus administradores, incluindo os membros do Conselho de Administração, os Diretores estatutários e não estatutários e os membros do Conselho Fiscal, quando instalado, bem como integrantes de demais comitês tem o objetivo de atrair, reter e motivar profissionais qualificados e alinhados às necessidades estratégicas da Companhia, por meio da definição de diretrizes claras para a composição da remuneração, levando em conta as práticas de mercado, as responsabilidades atribuídas e o desempenho individual.

A remuneração dos administradores está limitada ao montante global aprovado anualmente pela Assembleia Geral e é composta, conforme o caso, pelos seguintes elementos:

Remuneração Fixa: corresponde ao pró-labore mensal fixo, determinado com base em pesquisas salariais do setor de atuação da Companhia e considerando a complexidade das funções, tempo de dedicação, qualificações e responsabilidades atribuídas.

Remuneração Variável: consiste em incentivos de curto, médio e longo prazo, atrelados ao atingimento de metas operacionais e de rentabilidade previamente definidas. Busca alinhar o desempenho dos administradores à sustentabilidade e ao crescimento dos negócios da Companhia.

Remuneração Complementar para fins de retenção: poderá ser concedida, de forma individualizada, para reter executivos considerados estratégicos, na forma de valores em dinheiro ou instrumentos de longo prazo, como planos de opção de compra de ações ("stock options"), sempre condicionados à permanência na Companhia e aos critérios estabelecidos em programas aprovados em Assembleia Geral.

Benefícios Diretos e Indiretos: incluem, exemplificativamente, plano de assistência médica e odontológica, seguro de vida, auxílio-refeição e estacionamento, de acordo com o pacote de benefícios concedido aos colaboradores da Companhia.

A Política de Remuneração é revisada periodicamente para assegurar sua adequação às estratégias corporativas, à realidade econômico-financeira da Companhia e à evolução das melhores práticas de governança. A aplicação e acompanhamento da Política são de responsabilidade dos órgãos de administração, com apoio consultivo e técnico do Comitê de Governança e Remuneração.

(b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam;

A Diretoria e o Comitê de Governança Corporativa e Remuneração (comitê não estatutário o qual está sob funcionamento, mas ainda encontra-se sob processo de formalização), reúnem-se periodicamente, após fixação da remuneração global dos administradores por meio de Assembleia Geral, para estruturar a remuneração, realizando ao final sua indicação para a decisão final pelo Conselho de Administração, nos termos do Artigo 13º do Estatuto Social.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A área de Recursos Humanos da Companhia realiza pesquisas salariais com empresas especializadas em planos e estrutura de cargos e remuneração, cujos critérios e resultados são discutidos com o Comitê de Governança Corporativa e Remuneração, tomando por base o equilíbrio entre os cargos e a equidade interna, bem como os objetivos da política de remuneração.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Conselho de Administração, através do Comitê de Governança Corporativa e Remuneração, avalia a adequação da política de remuneração sempre que demandado pela área de Recursos Humanos ou, através desta, pelos demais membros da Diretoria Estatutária. A avaliação é feita em reuniões específicas, nas quais são discutidas as informações individuais de cada administrador e o comparativo com os resultados das pesquisas de mercado.

(c) composição da Remuneração, indicado:

i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

Seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor

Segue abaixo a descrição dos elementos da remuneração, os objetivos de cada um deles e seu alinhamento em relação aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia, segregados por órgão da administração:

a) Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração farão jus à remuneração fixa mensal, baseada na dedicação de tempo e responsabilidade das atribuições, podendo também receber eventuais benefícios previstos na Política da Remuneração.

Os membros do Conselho de Administração que, eventualmente, também sejam Diretores Estatutários da Companhia poderão acumular as remunerações devidas para cada um dos cargos.

Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a quaisquer benefícios pós-emprego ou motivados pela cessação do exercício do cargo.

b) Diretoria Estatutária e Não Estatutária

Os membros da Diretoria Estatutária ou não, receberão um pró-labore mensal fixo, de acordo com a negociação individual com cada um dos Diretores Estatutários, orientada dentre outros fatores, por pesquisas salariais referentes ao setor de construção civil, principalmente advindas de similares de atuação da Companhia, observadas as disposições da Política de Remuneração.

Os Diretores Estatutários da Companhia também farão jus aos benefícios previstos na Política de Remuneração compreendendo plano de saúde médico hospitalar, plano odontológico, seguro de vida, auxílio refeição, calculado de acordo com a prática de mercado e estacionamento para veículo, bem como poderão receber bônus a depender da performance individual, avaliada anualmente e desde que sejam atingidas as metas operacionais da Companhia.

Adicionalmente, os Diretores Estatutários da Companhia, individualmente, poderão ser elegíveis a Programa de Retenção determinados pelo Conselho de Administração da Companhia.

c) Conselho Fiscal

Quando instalado o Conselho Fiscal, sua remuneração, em observância à Lei das Sociedades por Ações, será equivalente a 10% do valor médio pago aos Diretores Estatutários não computados benefícios, verbas de representação, PLR e bônus, não havendo, portanto, pagamento de remuneração variável para membros do Conselho Fiscal.

d) Comitê de Auditoria e demais Comitês

Os membros do Comitê de Auditoria, atualmente instalado, são elegíveis a uma remuneração fixa mensal que será determinada pelo Conselho de Administração.

Os membros de outros Comitês da Companhia que, eventualmente, também sejam membros do Conselho de Administração da Companhia, poderão acumular as remunerações devidas para cada um dos cargos.

- ***Sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais:***

A tabela abaixo apresenta a proporção prevista de cada elemento na composição da remuneração total para os três últimos exercícios sociais:

	Exercício social findo em 31 de dezembro de					
	2024		2023		2022	
	Fixa	Variável	Fixa	Variável	Fixa	Variável
Conselho de Administração	100%	0	100%	0%	33%	67%
Diretoria Estatutária	61%	39%	55%	45%	39%	61%
Diretoria Não Estatutária	100%	0%	100%	0%	86%	14%
Conselho Fiscal	100%	0	100%	0%	100%	0%
Comitê de Auditoria	100%	0	100%	0%	100%	0%

	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2025					
	2025		2024		2023	
	Fixa	Variável	Fixa	Variável	Fixa	Variável
Conselho de Administração	100%	0	100%	0	100%	0%
Diretoria Estatutária	68%	32%	61%	39%	55%	45%
Conselho Fiscal	100%	0	100%	0	100%	0%
Comitê de Auditoria	100%	0	100%	0	100%	0%

- ***Sua metodologia de cálculo e de reajuste***

O valor global máximo a ser pago aos administradores a título de remuneração é determinado pela Assembleia Geral, estando a remuneração global máxima para tal público atendendo aos limites impostos pelo artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações. Cabe ao Conselho de Administração fixar a remuneração individual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado, de acordo com os valores e parâmetros aprovados em Assembleia Geral.

Os valores de remuneração pagos pela Companhia aos seus administradores e empregados são comparados periodicamente com o mercado, por meio de pesquisas realizadas por consultorias externas especializadas, de forma que se possa aferir a sua competitividade e eventualmente avaliar a necessidade de realização de reajuste em algum dos componentes. As pesquisas compreendem todos os cargos da estrutura da Companhia e englobam empresas que podem ou não ser do mesmo segmento e que possuam todas ou algumas das seguintes características: porte similar ao da Companhia, capital aberto, capital nacional, alto nível de governança corporativa e boas práticas de remuneração e recursos humanos.

- ***Principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG:***

A remuneração composta por incentivos de curto, médio e longo prazo objetiva premiar o alcance e superação das metas operacionais e de lucratividade pré-estabelecidas pela Companhia, alinhada ao desempenho, sustentabilidade e à estratégia de crescimento dos negócios da Companhia e desempenho individual. As metas para apuração da remuneração variável estão atreladas ao Card Corporativo, que via de regra, são desdobradas para todo time a partir do planejamento estratégico da Companhia, baseadas em resultados financeiros, operacionais e de sustentabilidade

(ii) razões que justificam a composição da remuneração

A Companhia adota um modelo de composição da remuneração que concentra uma parcela significativa da remuneração total nos componentes variáveis (tanto de curto como de longo prazo), o que é parte de sua política de compartilhar o risco e o resultado com seus principais executivos.

(iii) existência de membros não remunerados e razão para esse fato

Não há membros não remunerados no Conselho de Administração, na Diretoria Estatutária e no Conselho Fiscal.

(d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Conselho de Administração e Conselho Fiscal:

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024, 2023 e, não houve remuneração dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Companhia suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Diretores Estatutários:

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 não houve remuneração dos membros da Diretoria Estatutária da Companhia suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2024, parcela dos membros na Diretoria Estatutária tinha sua remuneração suportada pela Gafisa Propriedades, subsidiária da Companhia.

Gafisa Propriedades					
Exercício	Pro-Labore	Benefícios	INSS Empregador	Bônus	Total
2023	704	18	140	-	863
2024	-	-	-	-	-
2025	-	-	-	-	-

**Valores em milhares*

Diretores Não Estatutários:

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2023 e 2024, os membros na Diretoria Não Estatutária da Companhia tinham a sua remuneração suportada pelas seguintes subsidiárias da Companhia:

Gafisa Construtora Ltda.					
Exercício	Salários	Benefícios	Encargos	Bônus	Total
2023	1.217.050,32	104.424,00	521.964,74	-	1.843.439,06
2024	1.168.521,09	123.003,35	426.162,31	-	1.717.686,75
2025	1.357.121,14	145.941,36	486.510,10	-	1.989.572,60

Gafisa Propriedades					
Exercício	Salários	Benefícios	Encargos	Bônus	Total
2023	236.373,87	38.022,34	102.349,87	-	376.746,08
2024	174.571,59	27.004,57	102.278,74	-	303.854,90
2025	0	0	0	0	0

Gafisa Rio Serviços Imobiliários Ltda.					
Exercício	Salários	Benefícios	Encargos	Bônus	Total
2023	973.465,70	127.378,34	470.675,08	-	1.571.519,12
2024	461.533,69	78.188,56	159.336,36	-	699.058,61
2025	525.352,39	89.291,30	181.491,43	0	796.135,12

**Valores em milhares*

(e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

8.2. Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social 31/12/2026 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	5,00	3,00	12,00
Nº de membros remunerados	4,00	5,00	3,00	12,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.396.500,00	7.560.147,00	432.000,00	10.388.647
Benefícios direto e indireto	0,00	756.405,00	0,00	756.405,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	5.800.000,00	0,00	5.800.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	2.396.500,00	14.116.552,00	432.000,00	16.945.052,00

Remuneração total do Exercício Social corrente 31/12/2025 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,42	5,00	3,00	12,42
Nº de membros remunerados	4,42	5,00	3,00	12,42
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	975.337,00	4718933,34	432.000,00	6.126.271
Benefícios direto e indireto	0,00	617964,53	0,00	617964,53
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	2.500.000,00	0,00	2.500.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	975.337,00	7.836.898,00	432.000,00	9.244.235,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	6,75	2,00	13,75
Nº de membros remunerados	5,00	6,75	2,00	13,75
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.349.000,00	5.559.114,00	288.000,00	7.196.114,00
Benefícios direto e indireto	0,00	519.678,00	0,00	519.678,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	3.849.122,00	0,00	3.849.122,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	1.349.000,00	9.927.914,00	288.000,00	11.564.914,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,67	6,57	1,00	13,24
Nº de membros remunerados	5,67	6,57	1,00	13,24
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	890.000,00	4.942.165,50	120.000,00	5.952.165,50
Benefícios direto e indireto	0,00	432.558,85	0,00	432.558,85
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	4.314.655,46	0,00	4.314.655,46
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	890.000,00	9.689.379,81	120.000,00	10.699.379,81

8.3. Remuneração Variável

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	4,42	5,00	3,00	12,42
N° de membros remunerados	4,42	5,00	3,00	12,42
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	9000000,00	0,00	9.000.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	2.500.000,00	0,00	2.500.000,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	2.500.000,00	0,00	2.500.000,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	5,00	6,75	2,00	13,75
N° de membros remunerados	5,00	6,75	2,00	13,75
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	2712000,00	8553920,00	0,00	11.265.920,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	3849122,00	0,00	3.849.122,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	3849122,00	0,00	3.849.122,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	5,67	6,57	1,00	13,24
N° de membros remunerados	5,67	6,57	1,00	13,24
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	3000000,00	8553920,00	0,00	11.553.920,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	4314655,46	0,00	4.314.655,46
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	4314655,46	0,00	4.314.655,46
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever

(a) termos e condições gerais

Não existem programas ativos para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, bem como não ocorreram novas outorgas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de, 2023 e 2024.

Em 29 de abril de 2025, os acionistas reunidos em Assembleia Geral Extraordinária aprovaram as diretrizes gerais do plano de outorga de incentivo de longo prazo (“Plano de Opção 2025”). O Plano de Opção aprovado em 2025 tem como propósito estabelecer as condições gerais para outorga de um incentivo de longo prazo para diretores estatutários ou não e membros da administração com cargos C-level da Companhia que preencham os requisitos de qualificação, que permitirá que os participantes adquiram ações de emissão da Companhia nos termos e condições previstos neste Plano de Opção 2025 e nos respectivos contratos de Outorgas, estimulando a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; estimular a geração de valor no longo prazo por meio do alinhamento de interesses dos acionistas da Companhia aos participantes contemplados pelo Plano de Opção 2025 e possibilitar à Companhia e suas Investidas atrair e reter o talento necessário para incentivar a produtividade sustentável da Companhia.

Embora o Plano de Opção tenha sido aprovado em 29 de abril de 2025, o mesmo não foi implementado.

(b) data de aprovação e órgão responsável

O Plano de Opção foi aprovado mediante Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, em 29 de abril de 2025.

(c) número máximo de ações abrangidas

O Plano de Opção aprovado em 2025 possui um volume global de 10,00% do capital social da Companhia na data da sua aprovação, correspondente a 134.575.629 (cento e trinta e quatro milhões, quinhentas e setenta e cinco mil e seiscentas e vinte e nove) ações ordinárias.

(d) número máximo de opções a serem outorgadas

Cada opção assegura ao Beneficiário o direito de adquirir uma ação ordinária da Companhia. Sendo assim, a quantidade de opções outorgadas está atrelada ao limite descrito no item c acima.

(e) condições de aquisição de ações

Com relação ao Plano de Opção aprovado em 2025, deverá ser cumprido o período de permanência, exercer as opções dentro do prazo estipulado pagando o preço de exercício, respeitar eventuais *lock-ups* e condições de desempenho, além de observar obrigações tributárias.

(f) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Com relação ao Plano de Opção aprovado em 2025, o preço de exercício das opções é definido exclusivamente pelo Conselho de Administração, sem critérios obrigatórios (como valor de mercado ou indicadores financeiros), garantindo total discricionariedade ao Conselho de Administração para diferenciar condições entre participantes ou programas. Destaca-se que é expressamente permitida a outorga de opções a preço de exercício simbólico, incluindo R\$0,01 (um centavo) por ação.

(g) critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

Com relação ao Plano de Opção aprovado em 2025, os prazos para aquisição e exercício das opções são definidos discricionariamente pelo Conselho de Administração, que estabelece: período mínimo de permanência do participante na empresa, eventuais *lock-ups* e vinculação a metas de desempenho, com flexibilidade para adaptar critérios conforme estratégias de retenção de talentos ou objetivos corporativos, sem obrigatoriedade de uniformidade entre participantes.

(h) forma de liquidação

Em geral, as ações correspondentes às opções exercidas pelos Beneficiários são emitidas e o aumento de capital correspondente, sempre no limite do capital autorizado, é homologado pelo Conselho de Administração.

A Companhia também se utiliza de ações mantidas em tesouraria para fazer frente ao exercício de opções. Nos Programas aprovados até a data deste documento, a regra geral é que o preço de exercício seja pago à vista, no ato da subscrição ou compra das ações correspondentes.

No modelo de *Phantom Shares* não há emissão de ações ou transferência de ações em tesouraria. O valor equivalente calculado é pago em dinheiro.

(i) restrições à transferência das ações

Com relação ao Plano de Opção aprovado em 2025, as outorgas estão sujeitas a restrições de transferência, incluindo *lock-up*, cláusulas de preferência, proibição de cessão das Opções antes do *vesting* e cumprimento de exigências legais, com regras detalhadas nos Contratos de Outorga e flexibilidade para o Conselho de Administração ajustar condições conforme cada programa ou participante. Além disso, as opções de adquirir ações outorgadas aos participantes por meio deste plano serão passíveis de cessão a terceiros a qualquer momento após o decurso do respectivo Período de Permanência, observadas as condições e procedimentos a serem definidos pelo Conselho de Administração no momento de aprovação das respectivas outorgas.

(j) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Com relação ao Plano de Opção aprovado em 2025, vigente por tempo indeterminado, podendo ser extinto a qualquer tempo, por deliberação da Assembleia Geral. Cabe destacar que caso a Companhia realize operações de reorganização societária, tais como transformação, incorporação, fusão, cisão e incorporação de ações, caberá ao Conselho de Administração avaliar se será necessário propor à Assembleia Geral deliberar sobre ajustes no Plano de Opção aprovado em 2025, ou realizar, no âmbito das suas atribuições de administração do Plano de Opção 2025, os devidos ajustes nos programas e/ou contratos de outorga, de forma a manter o equilíbrio das relações entre as partes na medida do possível.

(k) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Com relação ao Plano de Opção aprovado em 2025, os efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações serão definidos no âmbito das outorgas.

8.5. Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção foi entregue nos últimos três exercícios sociais, e, até o momento, não foi outorgada nenhuma opção no exercício social corrente.

8.6. Outorgas de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção foi entregue nos últimos três exercícios sociais, e, até o momento, não foi outorgada nenhuma opção no exercício social corrente.

8.7. Opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção foi entregue no último exercício social.

8.8. Opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção foi entregue nos últimos três exercícios sociais, e, até o momento, não foi outorgada nenhuma opção no exercício social corrente.

8.9 Remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma ação foi entregue ao conselho de administração e diretoria estatutária nos últimos três exercícios sociais, e, até o momento, não houve a outorga de nenhuma ação aos ao conselho de administração e diretoria estatutária no exercício social corrente.

8.10. Outorgas de ações realizadas nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma ação foi outorgada ao conselho de administração e diretoria estatutária nos últimos três exercícios sociais, e, até o momento, não houve a entrega nenhuma ação no exercício social corrente.

8.11. Ações entregues

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma ação foi entregue ao conselho de administração e diretoria estatutária nos últimos três exercícios sociais, e, até o momento, não houve a outorga de nenhuma ação ao conselho de administração e diretoria estatutária no exercício social corrente.

8.12 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11 - Método de precificação do valor das ações e das opções

As informações divulgadas nos itens 8.5 a 8.11 são referentes à remuneração baseada em ações dos órgãos administrativos da Companhia (Diretoria executiva Estatutária).

a) modelo de precificação

Item não aplicável, uma vez que não existem Programas ativos para o exercício social de 2025 e não ocorreram outorgas nos exercícios de, 2023 e 2024. Com relação ao Plano de Outorga 2025, o Preço de Exercício será aprovado pelo Conselho de Administração por ocasião de cada outorga, caso seja realizada, sendo expressamente permitida a outorga de Opções a Preço de Exercício simbólico, incluindo R\$0,01 (um centavo) por Ação.

b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Item não aplicável, uma vez que não ocorreram outorgas nos exercícios de, 2023 e 2024 e 2025.

c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Item não aplicável, uma vez que não ocorreram outorgas nos exercícios de, 2023 e 2024 e 2025.

d) forma de determinação da volatilidade esperada

Item não aplicável, uma vez que não ocorreram outorgas nos exercícios de, 2023 e 2024 e 2025.

e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo Período de carência (“vesting period”)

Item não aplicável, uma vez que não ocorreram outorgas nos exercícios de, 2023 e 2024 e 2025.

8.13. Quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, emitidos, no Brasil ou no exterior, pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

(a) Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

Gafisa S.A.	
Exercício Social encerrado em 31/12/2025	Ações Ordinárias
Conselho de Administração	492
Diretoria Estatutária	726
Conselho Fiscal	0

(b) Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelos controladores diretos e indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum da Companhia, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

Em 31 de dezembro de 2025, os membros do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal não detinham (i) ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, emitidas pelas sociedades controladas ou sob controle comum da Companhia; ou (ii) outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelas controladas ou sob controle comum da Companhia

8.14. Informações sobre planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e a diretoria estatutária

Não aplicável, considerando que não foram conferidos aos membros do conselho de administração e diretores estatutários quaisquer planos de previdência.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Nº de membros	5	6,75	6,57	4,42	5	5,67	3	2	1
Nº de membros remunerados	5	6,75	6,57	4,42	5	5,67	3	2	1
Valor da maior remuneração Real	2.908.230,73	3.439.429,69	2.315.516,25	241.337,33	720.000,00	310.000,00	144.000,00	96.000,00	40.000,00
Valor da menor remuneração Real	722.313,77	511.542,32	97.646,25	67.500,00	148.000,00	40.000,00	144.000,00	96.000,00	40.000,00
Valor médio da remuneração Real	1.526.743,96	1.418.273,58	1.474.791,45	220.664,55	269.800,00	156.966,49	144.000,00	96.000,00	40.000,00

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2025	No exercício social de 2025, não houveram membros com atuação em período inferior a 12 meses.	
31/12/2024	Nos exercícios sociais de 2023 e 2024 os membros da Diretoria Estatutária atuaram por período inferior à 12 meses.	
31/12/2023	Nos exercícios sociais de 2023 e 2024 os membros da Diretoria Estatutária atuaram por período inferior à 12 meses.	

	Conselho de Administração	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2025	No exercício social de 2025, os membros do Conselho de Administração atuaram por período inferior à 12 meses.	
31/12/2024	No exercício social de 2024, os membros do Conselho de Administração atuaram por período inferior à 12 meses.	
31/12/2023	No exercício social de 2023, os membros do Conselho de Administração atuaram por período inferior à 12 meses.	

8.16. Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Os membros da Administração e Conselheiros Fiscais estão cobertos por apólices de seguro na modalidade D&O, emitida anualmente. Adicionalmente, atualmente a Companhia possui um caso de compromisso de indenidade firmado com um de seus administradores. Para detalhes relativos a apólices de seguros envolvendo o pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores da Companhia e sobre o compromisso de indenidade celebrado, vide o item 7.7 do Formulário de Referência da Companhia.

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Nos últimos 3 exercícios sociais, não houve remuneração de membros da Diretoria Estatutária, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia. A previsão para o exercício social corrente é que tal prática se mantenha.

8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não houve, em relação aos 3 (três) últimos exercícios sociais e ao exercício social corrente, valores reconhecidos no nosso resultado como remuneração de membros do nosso Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam.

8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Nos últimos 3 exercícios sociais, não houve remuneração de membros da Diretoria Estatutária, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia. A previsão para o exercício social corrente é que tal prática se mantenha.

8.20. Outras informações relevantes

Informações Adicionais ao Item 8.2 deste Formulário de Referência:

Os valores de remuneração constantes do item 8.2 deste Formulário de Referência são líquidos de encargos sociais que sejam ônus do empregador (incluindo recolhimento do INSS), nos termos previstos pelo Ofício Circular/ Anual-2025-CVM/SEP. Não obstante tal fato, para fins informacionais, a Companhia apresenta abaixo os valores da remuneração constantes do item 8.2 deste Formulário de Referência, contemplando os referidos encargos:

Exercício Social corrente de 2026 - Valores Anuais – Previsão (em R\$)				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Total da remuneração (incluindo encargos)	2.875.800,00	15.217.799,33	518.400,00	18.611.999,33
Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2025 - Valores Anuais –				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Total da remuneração (incluindo encargos)	1.170.405,00	8.780.685,00	518.400,00	10.469.489,00

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2024 - Valores Anuais (em R\$)				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Total da remuneração (incluindo encargos)	1.618.800,00	11.026.151,00	345.600,00	12.990.551,00

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2023 - Valores Anuais (em R\$)				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Total da remuneração (incluindo encargos)	1.068.000,00	11.665.744,00	144.000,00	12.877.744,00

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2022 - Valores Anuais (em R\$)				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Total da remuneração (incluindo encargos)	2.732.137,93	12.474.058,09	432.000,00	15.638.196,02

Memória de Cálculo do Número de Membros Total e Remunerados:**NÚMERO DE MEMBROS TOTAL****Exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2026 (previsão)**

MÊS	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Janeiro	5,00	5,00	3,00
Fevereiro	5,00	4,00	3,00
Março	5,00	4,00	3,00
Abril	5,00	5,00	3,00
Maio	5,00	5,00	3,00
Junho	4,00	5,00	3,00
Julho	4,00	5,00	3,00
Agosto	4,00	5,00	3,00
Setembro	4,00	5,00	3,00
Outubro	4,00	5,00	3,00
Novembro	4,00	5,00	3,00
Dezembro	4,00	5,00	3,00
Média	4,42	4,83	3,00

Exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2025

MÊS	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Janeiro	5,00	5,00	3,00
Fevereiro	5,00	5,00	3,00
Março	5,00	5,00	3,00
Abril	5,00	5,00	3,00
Maio	5,00	5,00	3,00
Junho	4,00	5,00	3,00
Julho	4,00	5,00	3,00
Agosto	4,00	5,00	3,00
Setembro	4,00	5,00	3,00
Outubro	4,00	5,00	3,00
Novembro	4,00	5,00	3,00
Dezembro	4,00	5,00	3,00
Média	4,42	5,00	3,00

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024

MÊS	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Janeiro	5,00	6,00	0,00
Fevereiro	5,00	6,00	0,00
Março	5,00	6,00	0,00
Abril	5,00	7,00	0,00
Maio	5,00	7,00	3,00
Junho	5,00	7,00	3,00
Julho	5,00	7,00	3,00
Agosto	5,00	7,00	3,00
Setembro	5,00	7,00	3,00
Outubro	5,00	7,00	3,00
Novembro	5,00	7,00	3,00
Dezembro	5,00	7,00	3,00
Média	5,00	6,75	2,00

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023

MÊS	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Janeiro	7,00	3,00	3,00
Fevereiro	7,00	6,00	3,00
Março	7,00	7,00	3,00
Abril	7,00	7,00	3,00
Maio	5,00	7,00	0,00
Junho	5,00	7,00	0,00
Julho	5,00	7,00	0,00
Agosto	5,00	7,00	0,00
Setembro	5,00	7,00	0,00
Outubro	5,00	7,00	0,00
Novembro	5,00	7,00	0,00
Dezembro	5,00	7,00	0,00
Média	5,67	6,57	1,00

NÚMERO DE MEMBROS REMUNERADOS**Exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2026 (previsão)**

MÊS	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Janeiro	5,00	5,00	3,00
Fevereiro	5,00	4,00	3,00
Março	5,00	4,00	3,00
Abril	5,00	5,00	3,00
Maio	5,00	5,00	3,00
Junho	4,00	5,00	3,00
Julho	4,00	5,00	3,00
Agosto	4,00	5,00	3,00
Setembro	4,00	5,00	3,00
Outubro	4,00	5,00	3,00
Novembro	4,00	5,00	3,00
Dezembro	4,00	5,00	3,00
Média	4,42	4,83	3,00

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025

MÊS	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Janeiro	5,00	5,00	3,00
Fevereiro	5,00	5,00	3,00
Março	5,00	5,00	3,00
Abril	5,00	5,00	3,00
Maio	5,00	5,00	3,00
Junho	4,00	5,00	3,00
Julho	4,00	5,00	3,00
Agosto	4,00	5,00	3,00
Setembro	4,00	5,00	3,00
Outubro	4,00	5,00	3,00
Novembro	4,00	5,00	3,00
Dezembro	4,00	5,00	3,00
Média	4,42	5,00	3,00

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024

MÊS	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Janeiro	5,00	6,00	0,00
Fevereiro	5,00	6,00	0,00
Março	5,00	6,00	0,00
Abril	5,00	7,00	0,00
Maio	5,00	7,00	3,00
Junho	5,00	7,00	3,00
Julho	5,00	7,00	3,00
Agosto	5,00	7,00	3,00
Setembro	5,00	7,00	3,00
Outubro	5,00	7,00	3,00
Novembro	5,00	7,00	3,00
Dezembro	5,00	7,00	3,00
Média	5,00	6,75	2,00

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023

MÊS	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Janeiro	7,00	3,00	3,00
Fevereiro	7,00	6,00	3,00
Março	7,00	7,00	3,00
Abril	7,00	7,00	3,00
Maio	5,00	7,00	0,00
Junho	5,00	7,00	0,00
Julho	5,00	7,00	0,00
Agosto	5,00	7,00	0,00
Setembro	5,00	7,00	0,00
Outubro	5,00	7,00	0,00
Novembro	5,00	7,00	0,00
Dezembro	5,00	7,00	0,00
Média	5,67	6,57	1,00